



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - MAUS-TRATOS DE ANIMAIS			
EVENTO: Seminário	REUNIÃO Nº: 2109/15	DATA: 19/10/2015	
LOCAL: Assembleia Legislativa de São Paulo	INÍCIO: 09h55min	TÉRMINO: 12h56min	PÁGINAS: 69

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SANDRA MARIA DA SILVA - Membro da Comissão de Defesa e Direito dos Animais da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

JOSÉ ROBERTO PEDROSO - Assistente da Divisão de Meio Ambiente da Delegacia de Polícia de Investigações sobre Infrações de Maus-Tratos a Animais e Demais Infrações Contra o Meio Ambiente, do Estado de São Paulo.

ANDRESA HENRIQUES DE SOUZA - Coordenadora da Comissão de Defesa dos Direitos dos Animais da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Santo Amaro, Estado de São Paulo.

FÁTIMA PRUDENTE - Diretora da Federação das Associações e ONGs do Estado de São Paulo — FAOS.

JULIANE CRISTINA FERREIRA - Veterinária do Centro de Controle de Zoonoses de São Paulo.

SUMÁRIO

Discussão sobre a experiência de implantação de delegacias e promotorias de defesa dos animais em Municípios do Estado de São Paulo.

OBSERVAÇÕES

Há expressões ininteligíveis.
Há falha na gravação.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Declaro aberto este seminário, que discutirá a experiência da implantação de delegacias e promotorias de defesa dos animais em Municípios do Estado de São Paulo.

Convido a tomar assento à mesa o Deputado Goulart, autor do requerimento para a realização deste seminário. O Sr. José Eduardo Ismael Lutti, da 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, foi convidado, mas não compareceu até o momento. A Sra. Sandra Maria da Silva, membro da Comissão de Defesa e Direito dos Animais da Ordem dos Advogados do Brasil — Ribeirão Preto, já está aqui. O Sr. Luiz Antonio de Souza, da 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente; o Sr. José Roberto Rochel de Oliveira, da 3ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente; o Sr. Luís Roberto Proença, da 4ª Promotoria; o Sr. Marcos Lúcio Barreto, da 5ª Promotoria, e a Sra. Cláudia Cecília Fedeli, da 6ª Promotoria, não compareceram. Está presente o Dr. José Roberto Pedroso, da Delegacia de Proteção ao Animal.

Eu peço a atenção de todos para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O tempo concedido aos convidados será de 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados. Os Deputados interessados em interpellá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Passo a palavra ao autor do requerimento, Deputado Goulart.

O SR. DEPUTADO GOULART - Bom dia, Presidente, meu querido amigo Ricardo Izar, colega de partido, que tem me ajudado muito a aprender um pouco sobre esta causa. Há muitos anos vimos tendo uma preocupação especial, em função até de o meu filho ser veterinário e participar, junto com a nossa coordenadora de Santo Amaro, da Comissão de Proteção ao Animal. Lá na Câmara, eu tenho uma amizade com o Deputado Ricardo Izar já de muitos anos, e viemos a integrar, juntos, esta CPI de Maus-Tratos de Animais, que teve a iniciativa dele, o que tem sido uma verdadeira escola.

Neste final de semana, nosso Presidente Ricardo Izar esteve em duas atividades fundamentais, ontem, na Jacu-Pêssego, em um comércio clandestino de animais. Depois ele vai falar a respeito desse assunto. Ele esteve, também, nesse final de semana, por solicitação de um Deputado do Pará, no local onde ocorreu



aquele crime contra 5 mil bois mortos afogados. Ele vai poder falar da atrocidade que foi feita lá. Nós temos uma preocupação.

As propostas do setor de produção animal aparecem todo santo dia. Eu mesmo tive algumas iniciativas quando era Vereador em São Paulo. Algumas delas foram para frente, outras, não. Uma delas — eu estou conversando muito com o Deputado Izar para ver se vamos tocá-la em âmbito nacional — permitia que os animais de estimação fossem sepultados no mesmo túmulo do humano. Aprovamos a lei na Câmara de São Paulo, por unanimidade. Mas, infelizmente, por interferência do Arcebispo de São Paulo, o Prefeito a vetou, mas esperamos que a Câmara derrube o veto. Logo depois, nós tivemos a alegria de ver o Papa Francisco — eu tenho intimidade de chamá-lo de Papa Chiquinho, nunca pensei que fosse gostar de um argentino —, em função de uma criança que havia perdido o seu cachorro e estava até muito doente, dizer para o garoto que ele podia ficar tranquilo que a alma do seu cachorrinho já estava no Céu, esperando por ele. Isso me deixou muito animado no que diz respeito ao trabalho de proteção ao animal.

Durante esse tempo da CPI vão surgir muitas demandas, mas, quanto à questão das delegacias especializadas e promotorias, é uma coisa que eu não quero que seja só minha, mesmo porque eu seria um ignorante em pensar em apresentar qualquer coisa que dissesse respeito a essa proteção animal, sem falar primeiro e pedir para estar junto o Deputado Ricardo Izar, que é um *expert* e que todos reconhecem e que atua muito junto.

Temos também o Deputado Ricardo Tripoli, que faz um trabalho muito grande, no que diz respeito à questão da proteção animal.

É um assunto que espero poder contar com conhecimento de cada um dos senhores e das senhoras que estão aqui para que possamos melhorar o projeto. O Dr. Pedroso é uma autoridade, eu o conheço desde “*mil, novecentos e Moraes Sarmento*”, somos amigos há muitos anos. Moraes Sarmento os mais jovens não conhecem, mas é um grande radialista que passou pelas rádios há muitos anos e fez um grande trabalho desde o meu bairro, na Cidade Dutra, e hoje está na Delegacia do Meio Ambiente e tem um trabalho e concorda com este nosso trabalho. Temos que nos basear muito no que diz respeito à Delegacia da Mulher. Nós tínhamos um problema seriíssimo no Estado de São Paulo, e sempre foi o



Estado pioneiro. E, quando da criação da Delegacia da Mulher, eu me lembro muito bem de que era Montoro o Governador. Na época, eu estava trabalhando aqui, na Assembleia Legislativa. A ex-Delegada Rose foi a nossa primeira delegada da Mulher e tal. Então, o atendimento à mulher nas delegacias especializadas passou a ser fantástico e hoje é uma referência para todo o Brasil e mundial também. Temos até umas demandas. Uma vez que vamos conquistando, temos que ouvir as pessoas que realmente conhecem o problema. No diz respeito à Delegacia da Mulher, nós temos uma má distribuição, parece que pegam todo mundo que não tem nenhuma acessibilidade e falam assim: “*Toma conta dessa distribuição*”.

Só para terem uma ideia, porque depois vamos transferir isso para a questão das delegacias especializadas, para o animal, nós temos na zona sul de São Paulo a única delegacia, a 99ª DP, que fica no Campo Grande. Uma mulher violentada no Grajaú, no Cantinho do Céu, em Gaivotas, em Parelheiras, sabe quando ela vai à 99ª DP? Nunca! Mesmo porque ela não tem dinheiro para pagar duas passagens, fica totalmente fora de mão. Então, é lá que eles colocam para não haver demanda. E não é por outro motivo. Então, estamos fazendo uma briga muito grande com a Secretaria de Segurança para que isso mude.

Temos uma estatística. Foi criado pelo ex-Prefeito Kassab o Hospital de Cães e Gatos, municipal, o primeiro foi em Tatuapé, na Mooca. O maior número de animais por habitantes em São Paulo está em Parelheiros. Eu acho que pela estatística deveria ser em Parelheiros e não onde foi feito. Mas, tudo bem, isso vai ser feito em cada uma das regiões da cidade de São Paulo.

São coisas para discutirmos juntos. Tenho certeza de que eu e o Deputado Izar vamos aprender muito aqui hoje para que possamos enriquecer o trabalho da CPI e também dos nossos mandatos que estarão sempre em defesa desta causa.

O Deputado Izar é um *expert*, e eu estou aqui apenas como coadjuvante, assumindo o compromisso que fiz com o meu filho de trabalhar nesta causa durante todo o meu mandato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Vou só quebrar o protocolo um pouquinho.



O Deputado Goulart está falando que eu sou um *expert* e que ele está aprendendo. O Deputado Goulart chegou à Câmara dos Deputados não tem nem um ano e conseguiu aprovar o projeto das lotéricas agora. Acho que foi o tempo recorde. Nunca um projeto de lei foi aprovado em menos de 8 meses na Câmara. O dele demorou 2 meses?

O SR. DEPUTADO GOULART - Dois meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dois meses.

Então, para nós é importante ter um Deputado atuante como o Deputado Goulart apoiando a causa animal. Ele tem entrado de cabeça nisso conosco, ajudando em todos os projetos. Ele falou aqui do arcebispo e da proibição. Com certeza, o arcebispo não era franciscano, porque se fosse franciscano deixaria, assim como o Papa.

Quero dar uma satisfação, antes de começarmos a audiência. Depois de muita luta e insistência, conseguimos abrir esta CPI. Ela gera uma expectativa muito grande, principalmente nos protetores, nos ativistas. Queremos deixar claro que a CPI tem que se ater praticamente a investigar os cinco fatos determinantes que causaram a sua abertura: o caso de Santa Cruz do Arari; o caso dos jumentos de Apodi, o caso dos yorkshires de Goiás; os dromedários de Natal; e o caso do Instituto Royal. Nesses cinco fatos, praticamente nós já temos quase que a conclusão feita.

Em alguns deles, não há muito que fazermos mais, porque as pessoas já foram indiciadas, já estão respondendo a processo, porque o pedido da CPI é um antigo, mas o mais emblemático deles, que é o instituto Royal, nós já detectamos muita coisa errada. Não ficou só na questão dos maus-tratos aos animais. Nós já detectamos repasse de verba ilegal do Governo Federal, foi detectado que havia credenciamento junto ao CONCEA, do Instituto Royal, e isso tudo vai constar no relatório. Nós vamos pedir o indiciamento, a investigação de todos os fatos.

Mas nós queremos fazer desta uma CPI propositiva, como nós já praticamente acabamos com os fatos determinantes dela. É por isso que esses requerimentos como o do Deputado Goulart para tratarmos das delegacias regionais e tantos outros temas — a castração, os centros de zoonoses — são importantes para nós ampliarmos o debate e trazê-lo para a CPI. Vamos fazer uma CPI



propositiva, que traga projetos de lei. Vamos captar o que tem de projeto de lei na Casa tramitando e pedir certa urgência para eles tramitarem mais rápido. Mas também queremos apresentar projetos de lei da Comissão, em que todos os Deputados da CPI assinem em conjunto para dar mais peso ao projeto de lei e fazer com que nós melhoremos a legislação no que ela não está sendo eficaz. Falo isso mais para saberem como está o nosso trabalho.

Nós estivemos sexta-feira no Pará. Aquilo foi um desastre ambiental, porque a causa não foi só a questão do que os animais sofreram. O problema foi ainda maior. Aquilo gerou um impacto ambiental gigantesco na região. A Vila do Conde, onde estivemos, está sem água potável.

V.Exas. sabiam que aquele gado toma um tipo de medicamento para poder ficar 15 dias sem comida e sem bebida no transporte? Demora um tempo para haver a desintoxicação. Então, aqueles que sobreviveram e que saíram e que foram até às margens foram abatidos pela população e consumidos. Isso vai gerar estrago para as pessoas que consumiram também. Então, o problema foi muito grande lá. A assessoria esteve conosco também, exista mau cheiro no local. O problema vai perdurar mais alguns anos para ser resolvido. Então, este é um tema que nós temos que abordar na CPI também: o transporte de animal vivo. Precisamos discutir se o transporte é adequado e como adequá-lo.

Infelizmente ou felizmente, não sei, nós vivemos em um país que ainda tem o costume carnívoro, digamos assim, então, nós temos que regulamentar o que é legal. Não existe uma regulamentação para isso.

Nós estivemos ontem em Jacu-Pêssego, devido a denúncias. Estamos abrindo a questão do tráfico de animais silvestres. Ontem, o cara ofereceu um jabuti para nós, só que não conseguimos dar o flagrante porque o jabuti não estava com ele. Então, nós sabemos que há o tráfico de animais silvestres, que é aberto, é escancarado. Temos que discutir isso, ouvimos o IBAMA, que também falou das dificuldades que tem hoje quanto à destinação dos animais. Então, vamos fazer, nesta CPI, uma proposição para o Orçamento da União, para criação de santuários, para recursos para o CETAS.

A CPI está se ampliando, e é por isso que nós estamos fazendo este debate hoje. O tema que tem que ser debatido aqui é a questão das delegacias, a



importância dessas delegacias para fazermos disso uma propositura também da CPI.

Eu queria agradecer a presença de todos que estão contribuindo para o nosso trabalho.

Queria convidar para tomar assento à mesa a Dra. Sandra Maria da Silva, membro da Comissão de Defesa e Direito dos Animais da Ordem dos Advogados do Brasil de Ribeirão Preto.

Concedo-lhe a palavra por 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão.

A SRA. SANDRA MARIA DA SILVA - Bom dia a todos.

Antes de começar, eu quero agradecer o convite, a oportunidade que se abre para uma ativista da OAB. Estou trazendo uma cartinha do meu Coordenador. Peço licença para lê-la, porque ele pediu, por favor, para eu lê-la antes de começar.

A Comissão de Defesa e Direito dos Animais da OAB de Ribeirão Preto, ao que consta, é a primeira Comissão de uma OAB totalmente independente. Foi pedida a criação dela através de um requerimento meu, em 2008, para o então Presidente Dr. Jorge Marcos.

“Excelentíssimo Sr. Deputado Ricardo Izar, Presidente da CPI dos maus-tratos na Câmara dos Deputados, demais Parlamentares, advogados, interessados e participantes em geral, nossos cumprimentos.

Nós, enquanto primeira Comissão de Defesa e Direito dos Animais, em âmbito de OAB, criada no Brasil, apoiamos e incentivamos qualquer iniciativa no intuito de especializar os órgãos do Poder Público para cumprir com eficácia e eficiência suas missões institucionais.

Entendemos, entretanto, que os órgãos de polícia no Estado de São Paulo encontram-se deficitários, não raramente em total desestruturação, com falta de servidores, policiais e de uma tecnologia eficiente de combate aos crimes, em específico, os ambientais e principalmente os praticados contra os animais.



Precisamos de uma polícia ativa, dedicada, entusiasmada, com servidores valorizados, em constantes treinamentos, um maior efetivo de força policial e melhores tecnologias de segurança e inteligência.

Quando passarmos dos discursos políticos e partirmos para a prática, nossos animais, seres vivos que merecem todo nosso respeito, estarão em melhores condições.

*Obrigado a todos os comprometidos com a causa.
Nossa luta continua.*

Saudações classistas.

Carlos Renato Lira Buosi.”

Eu quero não me estender muito. Vou falar um pouco das experiências das delegacias e promotorias. Infelizmente, as promotorias são de meio ambiente. Não temos promotorias focadas somente nos animais. As delegacias também são raras e poucas são especializadas. A maioria é de meio ambiente.

A delegacia de Campinas, infelizmente, por questões políticas, porque a delegada se envolveu onde não devia, com pessoas que não devia, acabou sofrendo, a delegacia acabou fechada. Mas eu sei que em Campinas as demais delegacias funcionam. A causa lá é muito ativa, e eles conseguem ir em frente.

Ao contrário, em Ribeirão, nós temos uma delegacia de defesa dos animais que trabalha junto com a defesa dos idosos — um único delegado, dois investigadores, dois escrivães e um delegado que não gosta de animais. Ele é comprometido demais com os idosos, mas não gosta de animais, não gosta de protetor, não gosta de investigar.

Em 2011, houve uma grande chacina no Morro do São Bento, uma área de preservação ambiental mal utilizada pelo nosso Executivo, pelos nossos políticos, em Ribeirão, que levaram eventos de grande monta, em grande prejuízo dos animais, e há um ponto de abandono de felinos. Em 2011, houve uma chacina. Morreram 48 gatos, vários animais silvestres, e o inquérito foi arquivado. Nós tivemos uma grande matança de gatos em um dos condomínios de Ribeirão Preto, em um dos maiores condomínios de prédios, substância de veneno foi encontrada



dentro do escritório da síndica. Isso foi arquivado. Houve a morte de uma mula que ficou 3 dias agonizando, e laudo veterinário aponta que a causa principal da morte foi desidratação. Ela tinha dono, e isso não foi visto como maus-tratos. O delegado foi procurado. E ele mandou a pessoa procurar trabalho. Uma ONG puxou para si a questão, foi ao Ministério Público, e o Ministério Público arquivou o processo.

Então, qual é o problema? Nós temos a delegacia, mas ela não funciona. Por que ela não funciona? O delegado não gosta. Tudo bem, ele não precisa gostar, mas ele tem que cumprir a função dele. Mas por que ele não cumpre? Ele não tem como cumprir. E talvez ele até não leve à frente as causas, para não mostrar que não tem como cumprir. Há uma resistência muito grande, pelo menos no interior, dos delegados e promotores de admitirem a ineficiência, causada pela falta de emparelhamento. Eles não têm como fazer.

Nós temos denúncia do bosque de Ribeirão. Não conseguimos levantar as denúncias, porque dentro da promotoria não há biólogos para fazer o estudo, e a promotoria não tem dinheiro para pagar um biólogo para fazer estudo. Para fazermos um estudo do impacto dos eventos causados no Morro do São Bento, no Festival Tanabata, que atrai 20 mil pessoas, por exemplo, num espaço que é pequeno e que tem uma área de preservação ambiental, um parque municipal e é perto do bosque, nós precisaríamos de um estudo anterior, durante e posterior ao evento. Nós não podemos, não temos com quem contar.

Então, vejo que a nossa teoria é muito bonita. Temos algumas delegacias especializadas, mas não temos como investigar, como chegar à autoria. As pessoas têm medo, as pessoas têm muito medo de denunciar e têm muito mais medo quando a autoridade policial se mostra resistente.

Vamos ter a percepção do que acontece, nas redes sociais, porque as pessoas não têm medo de denunciar nas redes sociais, que tomam, às vezes, proporções diversas do que deveriam, proporções que acabam sendo ruins. Às vezes, há notícia de maus-tratos, mas não há maus-tratos, a pessoa só precisa de uma orientação, ela gosta, ama, só precisa de uma orientação, mas acaba havendo uma proporção muito grande. E onde realmente há alguma coisa, ninguém a identifica. Então, as redes sociais são utilizadas e mal. Nós precisaríamos saber cobrar os nossos direitos, fazendo valer o trabalho da polícia.



Conseguimos, às vezes, que a Polícia Militar ambiental faça, mesmo porque ela pode aplicar multa. Então, quando há uma orientação da pessoa, e ela já liga para a Polícia Ambiental e fala que tem orientação e que quer que se constatem os maus-tratos, que haja aplicação de multa, nós temos êxitos.

Mas o que nós temos? Nós temos situações que nos frustram, porque nós não conseguimos ver desfecho. As coisas morrem antes de nascer. A Constituição de 1988 concebeu o direito de uma forma diferente junto à sociedade, por causa das relações afetivas. Hoje em dia, a relação com animais é uma relação afetiva. Em caso de separações, por exemplo, às vezes, há guarda compartilhada de animais, porque era um animal querido. Há pessoas que colocam toda a sua expectativa no seu animal. Então nós temos relações muito fortes, sem contar que são seres que sentem, dotados de um sentimento.

Então, não podemos conceber de forma alguma que não haja, por parte das delegacias e das promotorias, as investigações necessárias. Nós precisamos que haja. E como nós vamos conseguir isso? Não adianta só ficar batendo na figura do delegado, porque nós entendemos que não há como. Se só há viatura para atender, só um investigador para correr atrás, e a demanda é grande, não há como atendê-la.

Nós precisamos realmente tentar unir Ordem dos Advogados do Brasil, ONGs, Vereadores, Deputados para conseguirmos o emparelhamento, para conseguirmos profissionais que tenham entusiasmo de fazer, porque há como fazer. E não precisam buscar desculpas para não fazer, porque não querem admitir que não há como. Então, como eu faço? Tenho uma delegacia do idoso e uma delegacia do animal, ele tem uma denúncia do idoso e uma do animal. Ele vai dar preferência ao idoso.

Em Delegacia do Meio Ambiente, nós ainda não temos a grandeza de muitas pessoas, de muitas autoridades, de muitos juízes, de muitos promotores, de que o animal doméstico faz parte do meio ambiente equilibrado. Muitas autoridades, muitas pessoas não entendem a questão dos animais como uma questão de saúde séria. Nos países de Primeiro Mundo, as pessoas são exemplarmente punidas não porque eles acham os animais fofos, mas porque eles entendem a necessidade de se fazer cumprir a punição, porque é uma questão de saúde pública.



Onde há grande abandono e maus-tratos, nós temos animais vetores na rua. Nós não sabemos o que esses animais podem causar à população e também não sabemos o que a população pode causar ao animal. Há muitos mitos em relação a algumas espécies, há muitas informações erradas, e acabamos às vezes desequilibrando mesmo todo o meio ambiente por ignorância, principalmente quando essa ignorância vai à televisão e aparece em novela, quando aparecem comentários errados, quando aparecem coisas que não deveriam aparecer. Vemos que as pessoas vão muito de acordo com a moda. Se aparece numa novela um cão de uma raça qualquer, todo o mundo quer. Na hora em que começa a ver que dá gastos, o cachorro está na rua, às vezes, sem vacina, sem castração. E começa uma procriação, começa uma proliferação de doenças. E, aí, eu vou ter problema de zoonose. Uma hora ou outra isso vai estourar.

Então, do que precisamos? Primeiro, precisamos de conscientização, de conscientização na escola e conscientização do poder público, no sentido de que ele tem que cumprir o seu papel, de que ele tem que punir. Nós temos uma lei federal que diz que maus-tratos é crime. Então, vamos punir. Vamos tirar a ideia de que são pequenos crimes de potencial ofensivo. Não o são! Não podemos fazer a pessoa achar que ela, pagando uma cesta básica e prestando um serviço comunitário, está fazendo alguma coisa. Ela não entende que está perdendo algo mais, que é a questão da primariedade. Isso ela não entende. Acho que as penas deveriam ser mais severas, como a pena de multa. A pessoa entende muito mais quando se pega no bolso do que quando se pega em liberdade.

Do que nós precisamos nas delegacias? Existem algumas delegacias? São poucas pelo tamanho do Estado de São Paulo. As especializadas geralmente acumulam com outras delegacias, e os delegados, os investigadores estão sobrecarregados. Não conseguimos saber quem cometeu a maioria dos crimes e não conseguimos aplicar a punição, o que é frustrante e faz muitas pessoas desacreditarem na legislação e na Justiça.

Do que nós precisamos, Deputados? Nós precisamos de um empenho, de um empenho grande para que a nossa polícia seja valorizada, para que tenhamos mais efetivos na rua, na Polícia Militar, mais efetivos na Polícia Civil e que as delegacias especializadas tenham como trabalhar, que elas tenham delegados capacitados e



que elas possam ter pessoas suficientes para as investigações, para dar uma resposta satisfatória às pessoas que batem à porta procurando justiça.

É frustrante ver que um animal foi envenenado. Há questões que fogem totalmente do que o condomínio pode fazer. O condomínio não pode dizer o que pode e o que não pode dentro da unidade. Pode apenas dizer como vai ser nas áreas comuns, mas dentro de casa a pessoa pode fazer o que quiser desde que incomode e não coloque ninguém em risco. Então, precisamos que o condomínio que coloca o animal na rua seja punido, porque ele está também incentivando o abandono. Ele também está incentivando uma questão grave de saúde pública.

Então, não vamos pensar na questão animal como o bichinho que é bonitinho e sente. Vamos pensar no animal em questão de saúde pública, porque é isso que vai pegar. Infelizmente, ainda nos falta muita sensibilidade para entender que um animal vale mais do que um carro, vale mais do que uma propriedade.

Quando recebemos uma proposta de emprego ou uma proposta de alguma coisa, pensamos muito nos filhos, no esposo, na família, antes de tomar uma decisão. Na hora de pensar no bichinho, colocamos na Internet, porque o condomínio não aceita. E ninguém vai lutar pelos seus interesses, e o deixa na rua porque acha que não vai haver consequência. Há consequência. Há consequência de saúde pública muito grave, o que ninguém entende.

Então, o que buscamos? Buscamos promotorias especializadas, para que o promotor também possa dar atenção aos animais, não só ao meio ambiente. Não se pode achar que a questão do meio ambiente trata só de animais silvestres e flora. É preciso entender que animais domésticos também fazem parte do meio ambiente e interferem nos animais silvestres, dependendo de onde começar o descarte deles. Temos que entender que, com o fato de haver muito animal na rua, muita proliferação, nós vamos ter problemas. Vamos ter problema de raiva, vamos ter problema da doença do carrapato. A doença do carrapato acomete o ser humano. Os sintomas são os de virose. Quando se percebe uma erliquiose em seres humanos, às vezes não há tempo de recuperá-los.

São problemas graves, problemas gravíssimos deixados de lado, porque consideram só um cachorro abandonado ou porque temos que dar mais atenção ao



idoso. E não pedem imagem de câmara porque estão preocupados com outras questões.

Em primeiro lugar, precisamos que esses profissionais que vão cuidar da parte dos animais sejam preparados, que entendam as necessidades e tenham condição, instrumentos, para poder dar respostas. Nada adianta termos delegacias especializadas que não funcionam, delegacias especializadas que precisam fechar porque delegado é perseguido, porque foi aonde não devia.

Então, precisamos de uma atenção maior. Muito mais do que de delegacias especializadas, precisamos de profissionais que entendam à causa animal, que se sensibilizem com a causa animal e que tenham recursos para chegarmos ao desfecho que tanto esperamos, no sentido de o inquérito policial virar ação penal e a pessoa ser punida pelo que fez. E a uma punição tem que ser exemplar, para que ninguém mais faça aquilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - A senhora acabou?

A SRA. SANDRA MARIA DA SILVA - Acabei. Não sei se contribui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu passo a palavra ao autor do requerimento, o Deputado Goulart.

O SR. DEPUTADO GOULART - Sr. Presidente, eu quero agradecer muito à Dra. Sandra, dizendo que são de grande valia as suas colocações. Esses problemas existentes em Ribeirão Preto, o caso do Parque São Bento e outros problemas existentes de maus-tratos e matança de animais nesses condomínios, poderão servir à CPI, para que possamos exigir das autoridades locais uma investigação e a punição do que foi feito lá. Pelo que ouvimos de cada fala sobre as delegacias especiais, elas se tornam muito necessárias. Não dá para trabalhar com calça branca. Tem que ser profissional. Não adianta pensar que uma pessoa vai lá. Ele tem que saber, tem que ser o pai da matéria. Temos que tratar com atenção, tratar com carinho. Esse *mix* de delegacias que foram inventadas não resolve o problema. O idoso merece toda a atenção, outros seres humanos também merecem toda a atenção. A questão é que quem está ali atendendo é o ser humano. Ele vai, evidentemente, dar uma atenção a um inquérito.

A Dra. Isilda, que certamente o Dr. Pedroso conhece, teve uma atuação exemplar em um distrito da zona sul de São Paulo. Ela produzia muitos inquéritos e



acabava não havendo profissional investigador para dar sequência às investigações. Eles abandonaram a bandeira que essa senhora levantou nesse distrito e a transferiram para o centro da cidade, para a Delegacia do Idoso. Agora, já estão tentando transferi-la de novo porque também lá ela abriu uma série de inquéritos, e não há quem os acompanhe. Então, acabam taxando a pessoa de louca.

Temos realmente que equipar as polícias não só com o equipamento eletrônico, mas fazendo com que o ser humano que fica atrás da mesa tenha a sensibilidade e o preparo para encarar cada desafio, cada demanda que chega.

Acho que nós vamos sair daqui com as suas experiências. Não sei se V.Sa. já encaminhou para a CPI essas denúncias, mas elas já estão registradas. Certamente a nossa assessoria, comandada pelo Deputado Ricardo Izar, vai pedir providências no que diz respeito às suas denúncias em Ribeirão Preto.

Obrigado.

A SRA. SANDRA MARIA DA SILVA - Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Aproveito para dizer que o próximo a falar vai ser o Dr. Pedroso. Quero já deixar uma pergunta no ar para quando o senhor falar. Primeiro, peço que sejam feitas sugestões para podermos fazer proposições na CPI.

Agora, sabemos das dificuldades da Polícia. Não é só para os casos de animais. Existe uma dificuldade muito grande na questão de abertura de inquéritos. Fica tudo a cargo do delegado de polícia, para fazer abertura do inquérito e tocar a investigação para frente. Se retirássemos a função do delegado de polícia de abrir inquérito para os casos de maus-tratos dos animais e deixasse isso para o próprio policial que atende ao fato, o senhor acha que isso complicaria ou melhoraria? É uma pergunta que estou lhe fazendo.

Quanto à questão colocada aqui a respeito da zoonose, quero até dar uma notícia boa. Na reunião da bancada paulista, apresentamos uma emenda, e vai ser contemplada a Secretaria da Saúde, na questão da zoonose, para combate à dengue, à leishmaniose e à cinomose. Dez milhões de reais vão ser destinados ao Governo do Estado, para poderem ser aplicados. É a primeira vez que nós conseguimos aprovar isso no repasse da bancada paulista. Então, no ano que vem,



o Governo Estadual vai ter 10 milhões de reais para aplicar nisso. Não tem choro nem vela, não é, Deputado Goulart? Precisamos fazer com que isso seja aplicado.

Agradeço à Dra. Sandra.

Passo a palavra ao Dr. José Roberto Pedroso e o convido para sentar à Mesa.

O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO - Bom dia a todos. Deputado Ricardo Izar, Presidente desta CPI e também desta Mesa Diretora, meu querido Deputado Goulart, membro da CPI e conhecido meu desde os tempos — olhem bem! — do *Baile da Saudade*, de Francisco Petrônio, demais autoridades presentes, minhas senhoras, meus senhores, quero de antemão, antes de fazer a minha explanação, dizer que eu gosto de animais. Eu tenho seis cachorros na minha casa, por falta de um. Eu até estava falando sobre isso. Amo todos eles.

Eu vim a esta Comissão para falar a respeito da atuação do dia a dia das delegacias de meio ambiente e de maus-tratos de animais. Ao vir a esta reunião, vi que o tema é outro: a ampliação das delegacias, o que apoio totalmente.

Quero fazer aqui apenas um histórico. O Estado de São Paulo foi pioneiro na criação de delegacias de defesa ambiental. Em 1988, com a criação do antigo DECON — Departamento Estadual de Polícia do Consumidor, logo em seguida, foi criada uma delegacia nesse departamento, a Delegacia de Polícia de Investigações sobre Infrações Contra o Meio Ambiente, *lato sensu*, englobando flora, fauna e tudo o mais. Essa delegacia perdurou até o ano de 1999, quando o DECON foi extinto. Foram criadas dez delegacias de meio ambiente, uma na capital, da qual fui titular por 7 anos, e nove na Grande São Paulo, a exemplo de São Bernardo, Santo André, Diadema, Osasco, uma em cada sede de seccionais. E essas delegacias funcionam até hoje. São delegacias especializadas, com vista a coibir os crimes ambientais.

Em 2009, foi criado o Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania, que acomodou todas as delegacias especializadas que estavam esparsas por aí, entre elas a Delegacia de Meio Ambiente. Só que foram criadas duas Delegacias do Meio Ambiente, delegacias que eram de investigações sobre infrações contra o meio ambiente. Isso foi em 2009.

Em 2013, em atendimento a um pleito dos órgãos de defesa ambiental, o Governador do Estado alterou a denominação das delegacias, passando ambas a



ter a denominação de Delegacia de Polícia de Investigações sobre Infrações de Maus-Tratos a Animais e Demais Infrações Contra o Meio Ambiente. É o que perdura até hoje. Ambas as delegacias funcionam na sede do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania, que fica na Av. São João, nº 1.247 — no 7º andar, ambas as delegacias, e a Divisão no 8º andar. Eu sou Assistente da Divisão do Meio Ambiente

Muito bem. Em primeiro lugar, vou falar rapidinho sobre como nós atuamos na capital. Na capital nós temos a felicidade de contar com o apoio do Centro de Controle de Zoonoses, porque não adianta você receber uma denúncia de maus-tratos a animais e mandar uma equipe de investigadores até o local. Eles podem constatar que o animal está sofrendo maus-tratos, mas eles não têm como materializar aqueles maus-tratos. Quem os materializa é o médico-veterinário ou o biólogo do Centro de Controle de Zoonoses.

Então, nós sempre fazemos operações conjuntas, e o Centro de Controle de Zoonoses nos dá um apoio muito grande aqui na capital. Eu também trabalhei em Osasco por 2 anos e lá também eu contava com o apoio do Centro de Controle de Zoonoses.

Agora, qual a dificuldade com a qual a gente está se deparando hoje na capital? Se o animal estiver bastante debilitado, o Centro de Controle de Zoonoses o leva embora. Se o animal estiver sofrendo maus-tratos, mas apresentar condições de sobrevivência, não existe um lugar para onde possa ser levado. O próprio infrator é transformado em depositário, e o Centro de Controle, periodicamente, vai lá para saber se ele está cuidando bem do animal. Esta é a dificuldade hoje: a destinação adequada.

Antigamente, o Centro de Controle de Zoonoses, ao constatar quaisquer maus-tratos, uma lesãozinha qualquer, falta de comida ou animal sofrendo as intempéries da vida, levava-o embora. Só que daí vinha aquela história: 300 reais por dia — eu tenho a conta de cabeça porque eu peguei essa fase —, 9 mil reais por mês e 108 mil reais por ano. Onde eles iriam arrumar acomodação para todos esses animais?

Então, era aquela história: era uma semana lá: ou o proprietário ia buscá-lo, assinava um termo, pagava uma multa, levava o animal e era monitorado ou ficava



para adoção, ou, não sendo retirado pelo proprietário, era adotado ou sacrificado. Daí, claro, todo mundo se revoltou com isso. E eu não vou nem falar a forma do sacrifício, porque era totalmente cruel. Então, aboliram esse procedimento.

E nós temos dificuldade na destinação de outros animais. Vou contar só um exemplo desses dias agora. Apreendemos 42 galos de briga, galos de rinha. Eles não foram aceitos por nenhuma ONG nem pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente nem pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Apenas a Secretaria de Agricultura aceitava os galos, sob uma condição: abatê-los.

Por quê? Porque o galo de briga é antissocial, ele não tem condições de viver em harmonia com as demais espécies galináceas porque desde pequenininho é direcionado à briga de rinha. Ele tem que viver confinado individualmente. E, segundo os biólogos e os veterinários da Secretaria de Agricultura, eles trazem doenças próprias que podem se disseminar entre os demais espécimes. Por quê? Porque quando eles vão para a briga o proprietário não tem a cautela de fazer assepsia nas esporas. Ele leva aquelas estocadas, fica contaminado e passa para os demais. Então, ele não tem condições de convívio. Temos que solicitar ao juiz autorização, mandamos os galos para lá e eles são abatidos. É a única forma, porque ninguém os aceita.

Um dia desses apreendemos um tigre. E para onde levar o tigre? Demos para o IBAMA: “*Se vire com o tigre*”. Isso porque não temos para quem destinar um tigre. Era até de um colunável que saiu na *Vejinha*, os senhores já devem saber quem é. Por questão de ética, não vou falar o nome aqui.

Falei um pouquinho da nossa delegacia.

Agora, sou totalmente favorável ao projeto de V.Exa., Deputado Goulart.

O projeto é dele?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Qual?

O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO - Esse da... Ou é do senhor? São vários.

O SR. DEPUTADO GOULART - Da delegacia especial?

O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO - Isso. Das delegacias disseminadas para o Estado todo. Eu sou favorável à criação da terceira delegacia aqui na capital exclusivamente para o atendimento de casos de maus-tratos a animais. Até poderia ser um pouco mais elástica: crimes contra a fauna. São oito artigos só na Lei de



Crimes Ambientais. Pelo menos ela teria até uma justificativa para a criação, porque haveria uma demanda maior. Ela cuidaria dos passarinhos, dos animais domésticos, dos domesticados e tudo o mais. Então, a demanda seria bem maior.

Sou favorável a que cada sede de Departamento das DEINTER, que são as Delegacias de Polícia Judiciária de São Paulo Interior — a exemplo de São José dos Campos, Campinas, Sorocaba, Santos, Bauru, e vai até Presidente Prudente, são dez departamentos do interior —, que cada departamento tenha a sua delegacia especializada. Eu vim de Osasco, fiquei 2 anos em Osasco. Osasco tem 750 mil habitantes e uma delegacia movimentada, porque cuida não só dos crimes contra o meio ambiente *lato sensu*, mas também dos produtos controlados que são atrelados ao meio ambiente, do próprio art. 56 da Lei de Crimes Ambientais. São os produtos que podem causar danos ao meio ambiente, como cloro e os produtos químicos em geral. Então, é uma delegacia movimentada. São 750 mil habitantes. Campinas tem mais de 1 milhão. Quantos são em Campinas? A senhora é da região? Deve haver 1,5 milhão de habitantes hoje, pelo menos, na Grande Campinas.

Então, eu acho que essas sedes de departamentos deveriam contar com uma delegacia de meio ambiente no sentido geral da história, mas atuante, com delegados que tenham pelo menos compromisso com a área ambiental. Senão é aquela história de colocar para fazer casamento o padre que não gostar de quem está se casando, não gostar de fazer casamento ou não gosta de pessoas casadas. Fica meio difícil. É preciso que realmente colocar a pessoa certa no lugar certo.

Por exemplo, São Paulo tem o privilégio de contar com as promotorias de meio ambiente. Nossos inquéritos são remetidos para lá, onde promotores ciosos, compromissados com a área ambiental, analisam com lupa os inquéritos. Mas no início, quando iam para os 120 promotores que trabalhavam nas promotorias, o promotor acabava de falar num latrocínio, num roubo seguido de morte, e de repente ele pegava um inquérito referente a maus-tratos de animais. Ele falava: “*Pô, falo num crime aqui que dá 30 anos e vou falar num outro que dá 1 ano.*” É onde entra o princípio da bagatela — estão aí os nobres representantes da OAB, não é verdade? —, da insignificância jurídica. Ele não olhava com os mesmos olhos com que hoje olham as promotorias de meio ambiente da capital, de uso e ocupação do solo.



São Paulo tem esse privilégio de contar com órgãos especializados. No interior acredito que, se forem estendidas as delegacias de meio ambiente pelo menos às grandes cidades, a essas dez de que falei, acredito que até as promotorias acompanhariam. Pelo menos a designação de um promotor para falar só nos inquéritos referentes a crimes ambientais.

O que eu poderia contribuir é com essa minha sugestão. Sou favorável, e estou falando em meu nome, José Roberto Pedroso, Delegado Assistente da Divisão de Meio Ambiente da Capital. Não estou falando aqui em nome do meu Delegado-Geral nem em nome do meu Secretário nem do meu Governador. Tudo depende do nosso Governador, porque é por decreto governamental que se cria uma delegacia de meio ambiente em qualquer lugar. Perfeito?

Então, é isso aí. Estou aberto a qualquer pergunta que queiram fazer.

O SR. DEPUTADO GOULART - Eu quero agradecer ao Dr. Pedroso pela colaboração que nos deu.

Nós temos preocupação com as Vigilâncias Sanitárias de São Paulo. Nós temos contato estreito com muitas regionais. Muitas vezes se marca uma visita — a mesma visita — dez vezes, porque elas não têm viatura. Quando têm viatura, não têm gasolina. Depois termina o contrato com o prestador de serviço, com o proprietário do veículo, e ficamos mais ou menos 1 ano sem ter a renovação do contrato de viaturas para a Vigilância Sanitária. Então, muitas vezes os delegados ou os veterinários que trabalham nas Vigilâncias Sanitárias vão com seu próprio carro. E, infelizmente, os salários dos concursados que vão trabalhar na Vigilância Sanitária são uma verdadeira miséria. Eles não têm condição. Então, existe uma série de arranjos que compete a nós, em discussão, resolver.

Acho que foi muito importante a atuação do Deputado Ricardo Izar na quinta-feira. A reunião para definirmos as emendas de bancadas foi tão brava que começou na quarta-feira e só pôde ser encerrada na quinta-feira, porque o cobertor é muito curto e cada um puxava para um lado. Para conseguir designar verba a 70 Deputados — nós tínhamos que destinar verba para 20 emendas da bancada paulista —, foi muito difícil. Não fosse a tenacidade de alguns Deputados de São Paulo não teria sido destinado nem 1 centavo.



É muito importante que todos os atores envolvidos na proteção animal estejam equipados para podermos ter essa atuação conjunta. Após a municipalização da Vigilância Sanitária nós esperávamos ter uma atuação muito maior, mas, infelizmente, os equipamentos estão num nível muito próximo de zero, dificultando a mobilidade dos técnicos que estão lá, todos eles muito dedicados — se não fossem, não teriam passado nos concursos.

É importante saber do apoio do Dr. Pedroso, que tem uma experiência muito grande na sua atuação. Temos também um projeto que já foi aprovado em algumas Comissões, do Deputado Ricardo Izar, o Projeto de Lei nº 6.799, de 2013, um projeto muito importante, que deverá ser aprovado brevemente. Eu acredito que, se nós conseguirmos as delegacias especializadas em maus-tratos, nós vamos ter um ganho muito grande.

Quero agradecer muito ao Dr. Pedroso.

O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO- Eu teria mais 1 minutinho?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - É lógico.

O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO - Tenho outra sugestão. Eu sempre bati nisso. Até 1988 o cidadão que fosse flagrado caçando qualquer animal silvestre ia para a cadeia. O crime era inafiançável, com pena de 1 a 3 anos de reclusão e, dependendo da situação, de 2 a 5 anos de reclusão. Isso perdurou por 10 anos, até a promulgação da Lei de Crimes Ambientais, em 1998. Isso coibiu bastante principalmente os coureiros, os matadores de jacaré de Mato Grosso e da Amazônia. Só que a pena de 1 a 3 anos de reclusão, de 2 a 5 anos de reclusão foi reduzida para 6 meses a 1 ano de detenção, o popular crime da cesta básica.

O senhor esteve na Feira do Rolo. Quando titular do meio ambiente, eu consegui dar fechar num domingo a Feira do Rolo da Vila Mara, na Zona Leste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Conheço.

O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO - Só que eu tive a sorte de conseguir prender 22 comerciantes ilegais de animais silvestres. Eles ficavam concentrados. Daí o que eu fiz? Autuei não só pelo art. 29, mas também por formação de bando, de quadrilha, e mandei todos para a cadeia. Ficaram mais de 30 dias presos. Então, eles ficaram espertos, não ficam mais juntos, ficam confinados. Um fica num canto, outro fica no outro canto, para não caracterizar bando ou quadrilha, a reunião acima



de três pessoas para cometer crimes. Foi a única vez. Foi até jocosa a situação, porque o ônibus até quebrou por tanta gente que estava lá. Demoraram um pouco mais para chegar até a cadeia, mas mandamos todos eles para a prisão. Alguns ficaram mais de 30 dias. Deu realmente uma baixada.

Qual é a minha sugestão? Por que não continuou a mesma pena de 1 a 3 anos e de 2 a 5 anos, só que de detenção, em vez de reclusão, para o caso de destruição de ninhos, etc.? Pelo menos a pessoa seria autuada em flagrante e teria que pagar fiança. Se não tivesse dinheiro para pagar a fiança, iria para a cadeia até que alguém viesse e pagasse a fiança. A pena é muito branda. Então, a polícia está enxugando o chão com a torneira aberta. Sabe quando ela dará conta? O infrator hoje sai da delegacia antes do policial que o deteve e que o levou para lá. O policial depois vai ter que ser ouvido, porque é o último a ser ouvido, enquanto o infrator já assinou e vai embora dando risada. Esse é um problema muito sério. A pena é muito branda, infelizmente. Daí o infrator faz uma transação lá na frente, paga uma cesta básica ou vai ensinar o padre a rezar a missa três vezes no ano, ou sei lá, vai varrer o chão do zoológico, talvez durante 1 mês, e pronto.

Então, essa é a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nós já temos alguns projetos de lei tramitando nesse sentido, tanto para animais silvestres como para animais domésticos, onde mantemos de 6 meses até 6 anos. O que muda é o regime, de detenção para reclusão. Esses projetos são difíceis de andar dentro da Casa. Conseguimos passar a proposta do Deputado Ricardo Tripoli, mas ela passou porque não falava em reclusão, falava em detenção. Então, é uma luta lá dentro. Principalmente a bancada ruralista é muito resistente a esse tema de maus-tratos, justamente por causa dos rodeios, das vaquejadas. Mas devagarzinho nós vamos costurando isso lá dentro.

O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO - A detenção já resolve em parte. Uma vez havendo o termo circunstanciado, o cidadão vai ser autuado em flagrante. Caso se arbitre uma fiança de 4 mil para um vendedor de passarinho, ele não vai pagar e vai para a cadeia. Já é um grande começo. Acredito que a pena de 6 anos de reclusão não passe, porque seria uma pena muito severa para quem caça um passarinho, enquanto o outro furta por aí e a pena é de 4 anos. Então, há uma



desproporção. É o meu ponto de vista, com meu tempo de experiência como delegado. Como falei para as doutoras, completo agora, dia 19 de novembro, 40 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O senhor falou da questão de quando o animal é apreendido, que fica de fiel depositário o tutor dele.

O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então, aquele que maltrata é quem vai ficar como fiel depositário. E, no caso dos animais silvestres — o Marcelo está aqui e pode falar disso melhor do que eu —, se você pega um traficante com animais silvestres, por aquela resolução do CONAMA, ele é obrigado a ficar como fiel depositário?

O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO - Não, no caso dos animais silvestres, não. Nós os mandamos para o Parque Ecológico do Tietê.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Mas há a Resolução 457 do CONAMA.

O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO - Eles recepcionam tudo para nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Saiu uma resolução do CONAMA que deixa como fiel depositário o próprio traficante do animal.

Isso não é um incentivo? Por exemplo, quem diz que os dez animais apreendidos são ainda os mesmos dez animais apreendidos? Não é uma forma de regulamentar o comércio essa resolução do CONAMA?

O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA - Esse problema que o Dr. Pedroso citou dos galos de rinha. Se a autoridade deixar como depositário quem cometeu o crime, galos de rinha e canários-da-terra de rinha, com toda a certeza do mundo, se não houver marcação própria, esses bichos vão ser trocados.

Sobre esse caso dos 42 galos que o senhor citou, seu investigador me ligou e eu perguntei: “*Vão depositar para o cara?*” Eu não sei se responderam “vão” ou “não”; depois o senhor disse que foram para a Secretaria de Agricultura, para a Defesa Agropecuária. Eu disse: “*Se depositar para ele, ele vai trocar. Vocês marquem. Tirem a prova, a contraprova. Se não têm anilha, tirem material genético, tirem uma pena, mostrem para o cara e digam: ‘Olha o que nós estamos pegando.’*”



Eles trocam. Um galo de rinha vale 5 mil, 7 mil, 8 mil reais. Ele vai à casa de ração, compra um galo por 30 reais, faz a troca e engana a polícia. Isso é muito comum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu quero agradecer ao Dr. Pedroso.

Vamos deixar a palavra aberta. Alguém quer falar? *(Pausa.)*

O Marcelo está com a palavra.

O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA - O Dr. Pedroso citou esse caso do art. 288, formação de bando ou quadrilha. Só uma complementação: não foi o único. Em 2007 a SOS Fauna, com a 7ª Delegacia Seccional, mandou 11 pessoas para a cadeia por formação de bando ou quadrilha, por causa de uma interceptação que conseguimos.

Não sei quando foi esse caso do senhor, parece-me que foi na época do Dr. Damasceno.

O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO - Em 2010.

O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA - Então o nosso foi anterior ao do senhor.

Quero dizer outra coisa. Eu tenho dois amigos na Polícia Federal: um é o Dr. Alexandre Saraiva, que agora é Superintendente da Polícia Federal no Maranhão e foi da DELEMAPH no Rio de Janeiro, e o outro é o Dr. Fabrizio Garbi, que é da Polícia Federal do Maranhão. O Dr. Saraiva, em 2008, pegou umas pessoas com 225 filhotes de amazona aestiva, papagaio-verdadeiro, no Rio de Janeiro, na Serra das Araras. Ele conseguiu, através de um material extremamente bem-elaborado, que eu posso passar para todos vocês, porque eu já tenho em mãos, aplicar o crime de receptação, o art. 180, e a pessoa ficou presa. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro fez um acórdão, que está em minhas mãos e também posso passar para todos vocês, no sentido de que, em caso de recebimento de animais silvestres em grandes quantidades, isso pode ser aplicado. Se essa moda pegar, eu acho que vai ficar bem legal, porque vamos começar a mandar para a jaula, pelo art. 180, todo mundo que tiver uma quantidade razoável de bichos sem origem.

Eu vou passar a palavra para a Paula e depois ela a passará para todos vocês. Há bastante coisa para falar dos silvestres, mas depois eu falo, senão



sairemos daqui à meia-noite. Bastante coisa, não, são coisas vinculadas a maus-tratos a animais silvestres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dr. Pedroso, esta audiência pública está sendo transmitida pela Internet e eu já recebi no Facebook um pedido que queria passar para o senhor.

O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO - É claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - *“Preciso de ajuda. Um fdp perto da minha casa está matando gatos envenenados e hoje ameaçou o ‘Cocker’ e a gata da minha vizinha, que foi tirar satisfação com ele. Chamamos a polícia, mas nada pode fazer a não ser orientar em relação a um BO.”*

Eu posso deixar o telefone dessa pessoa com o senhor?

O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO - Mas onde ela mora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não sei onde mora. É aqui em São Paulo. O telefone é de São Paulo.

O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO - Por que ele não liga para o 181? Ele já recebe um protocolo e acompanha a investigação. É o Disque-Denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está bom. Nós vamos orientar isso.

A SRA. SANDRA MARIA DA SILVA - Numa das últimas vezes que a proteção animal de Ribeirão ligou eles disseram que o 181 não estava mais funcionando.

O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO - Ribeirão eu não posso dizer, mas na capital nós recebemos.

O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA - Exato, Dr. Pedroso, para a Delegacia de Meio Ambiente de Diadema também não estão chegando mais denúncias pelo 181.

O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO - Aqui chega.

O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA - Só se chega a São Paulo.

O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO - É. São Paulo. A gente recebe bastante expediente de lá, e a pessoa não precisa se identificar e recebe o número de protocolo para acompanhar as investigações. Nenhuma denúncia formulada, quer por intermédio do 181 ou diretamente para as Delegacias do Meio Ambiente da



capital... Eu posso dar até dois telefones: 3338-0155 e 3338-1380. É só pedir para falar na Delegacia do Meio Ambiente, porque as delegacias trabalham em sistema de plantão. A primeira delegacia em dias ímpares, a segunda delegacia em dias pares. E é um plantão de 24 horas por dia: sábados, domingos e feriados. Dias úteis, das 9 horas às 19 horas as Delegacias estão lá atuando. Depois vêm os plantões do Departamento. E esses plantões funcionam todas as noites, sábados, domingos e feriados. Então, sempre tem alguém lá para recepcionar qualquer tipo de denúncia. E as denúncias não ficam sem resposta. E tem vizinho que vai lá e bota a cara, denuncia o vizinho que está maltratando o cachorro dele. E ela figura como testemunha no BO. Essa realmente é uma grande defensora ambiental, que gosta da causa, A gente gosta de pessoas assim, que vão lá e denunciam. *(Pausa.)*

Pois não.

A SRA. DAYANE FARIA ALMEIDA - Só uma perguntinha: o DPPC é Departamento de Proteção...

O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO - Não. Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania.

A SRA. DAYANE FARIA ALMEIDA - Ele tem alguma responsabilidade? Porque parece que alguns delegados, quando a pessoa chega lá fazendo alguma denúncia, pedem para ir para lá, mandam para lá. O Departamento é...

O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO - Delegados de distritos. Por exemplo, há pouco tempo nós falamos num protocolo que até órgãos de defesa ambiental estão pedindo para que seja descentralizado pelo menos o registro da ocorrência, porque a pessoa mora em Guaianazes, como bem disse aqui o Deputado Goulart, mora lá no Cantinho do Céu e se depara com maus-tratos a animais, ou algum vizinho, toma conhecimento, mas, poxa vida, até se deslocar para o centro da cidade! Poderia registrar o BO na delegacia do bairro.

Então, somos do entendimento de que o registro seja pulverizado, os distritos sejam concorrentes no registro da ocorrência, não na apuração do fato. Já digo por que. Imaginem o Centro de Controle de Zoonoses à mercê de 93 distritos e se o fato for apurado pela Delegacia Especializada, uma equipe pega dez denúncias com um médico e vai percorrer as dez denúncias no mesmo dia, a mesma equipe, com o mesmo tipo de conversa, a mesma fala e pessoas especializadas no assunto.



Agora, se deixar para 93, não vai dar certo. O Centro de Controle de Zoonoses não vai dar cabo dessa demanda.

Por isso, somos favoráveis à investigação centralizada nas Especializadas, porque as pessoas que lá trabalham são compromissadas com a defesa do meio ambiente, ao passo que, nos distritos policiais, o delegado que está lá atende tudo, porque a porta está aberta, é o pronto-socorro social, como eu disse para o Deputado Goulart. Se a pessoa tem um problema aí fora, se ela não puder resolver, a última esperança dela é a delegacia de polícia, que está 24 horas aberta. Então, essa é a razão para que a investigação seja centralizada, e o registro não, seja realmente diluído ao longo dos 93 distritos da capital, até para facilitar a vida das pessoas.

A SRA. DAYANE FARIA ALMEIDA - E o registro pode ser feito em qualquer delegacia, esse registro que o senhor fala, ou tem que ir para algum departamento?

O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO - Não, geralmente as delegacias mandam para o departamento.

A SRA. DAYANE FARIA ALMEIDA - Ah, sim.

O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO - É, porque,...

A SRA. DAYANE FARIA ALMEIDA - Eles não atendem ali, já...

O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO - ...pela criação do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania, se deu exclusividade à Delegacia do Meio Ambiente, às duas delegacias da capital, registrar e apurar o fato.

A SRA. DAYANE FARIA ALMEIDA - Mas o BO pode ser feito na delegacia...

O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO - Pode. É claro que pode.

A SRA. DAYANE FARIA ALMEIDA - ...e o próprio delegado mandar depois.

O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO - Ele encaminha. Mas não está generalizado isso, e gostaríamos que fosse uniformizado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu vou interromper um pouco. Doutora, peço que registre seu nome e a entidade a que pertence.

A SRA. DAYANE FARIA ALMEIDA - Sou a Dra. Dayane Faria Almeida, membro da Comissão de Defesa dos Animais da OAB - Subseção de Santo Amaro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pode continuar, doutor.



O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO - Nada impede que o delegado registre. Está no Código de Processo Penal: tomou conhecimento, registra. Mas ele não vai poder apurar, porque a exclusividade é da Delegacia do Meio Ambiente desde 2009.

Então, eu ainda entendo que a apuração deve ficar centralizada, mas o registro tem que ocorrer em todas as delegacias, para facilitar a vida do cidadão.

A SRA. DAYANE FARIA ALMEIDA - É, mas eles mandam o cidadão lá.

O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO - Porque ainda não estão uniformizados. Ainda não estão uniformizados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Doutor, no caso da Polícia Federal, existem os peritos criminais que fazem os laudos veterinários. Na Polícia Civil existe o perito especializado em maus-tratos e laudos veterinários?

O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO - Não, quem atesta é o biólogo ou o médico...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Do CCZ — Centro de Controle de Zoonoses.

O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO - ...do CCZ. É. O perito criminal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - A contratação de peritos para a Polícia Civil não ajudaria nesse caso, se existissem peritos especializados, se criassem essa função, essa carreira?

O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO - Não, existem peritos, mas para outros tipos de crimes, como, por exemplo, de poluição, o que mais movimenta uma delegacia. O art. 54 é bastante elástico. Todo industrial, no seu processo de fabricação, gera resíduos, a que ele tem que dar a destinação adequada. Isso fica caro. A maioria usa a rede coletora de esgoto da SABESP. É crime de complexidade, entram Instituto de Criminalística, CETESB e outros órgãos técnicos para analisar, até para classificar esses resíduos. Este já é um crime mais grave, que dá de 1 a 5 anos de reclusão: lançamento inadequado de resíduos na natureza, dentro do processo produtivo da empresa. Existe o perito especializado.

Quem vai testar a lesão? Para testar a lesão do animal, tem que ser um médico da área, um médico veterinário ou um biólogo, assim como um médico legista faz o laudo necroscópico. Não existe o perito criminal. Ele vai ao local, faz a fotografia etc., mas nem vai mexer no cadáver. O cadáver vai para o IML. Então,



depois, é feita a junção do Instituto de Criminalística com o IML para chegar à definição da morte do cidadão. Então, por isso, nós precisamos sempre do...

O que não existe lá são médicos veterinários. Para isso, nós contamos com o Centro de Controle de Zoonoses. Por isso, a minha sugestão é que sejam criadas delegacias de meio ambiente tão somente nos dez Municípios sedes de departamentos no interior, porque são cidades grandes que contam com Centro de Controle de Zoonoses. Se for cidade pequena, não há sequer médico veterinário para atestar a lesão, a morte do animal, se foi envenenado por chumbinho ou outro por tipo de produto químico.

Por isso minha sugestão foi no sentido de serem criadas dez sedes administrativas no Estado de São Paulo e mais uma na Capital, que seria especializada em maus-tratos de animais e, até fui um pouco além, em crimes contra a fauna. São oito artigos tão somente, do 29 ao 37, e iria para lá um número maior de ocorrência, o que viria a justificar a implantação, a criação da delegacia.

Não é fácil, ainda mais nos dias de hoje, quando o Brasil está descendo ladeira abaixo feito caminhão carregado de cimento, sem freio e descontrolado, que está faltando dinheiro. Uma delegacia — estou falando em 11 — requer sede própria, dois delegados, no mínimo quatro escrivães e dez investigadores e quatro ou cinco viaturas. E há distrito por aí, o senhor sabe, acompanha bastante... Então, não cabe a mim tecer loas a respeito do *status quo* do País.

A SRA. DAYANE FARIA ALMEIDA - Eu só queria não me esquecer de agradecer a presença ao senhor. É muito importante a presença de um delegado. A doutora disse que é complicado, mas o problema vem lá de cima, lá de baixo, é cultural.

Eu também vou acompanho em delegacias. Muitos cachorros, gatos, muitos animais têm ração na delegacia. Ontem mesmo presenciei um tira, que é protetor, comprar uma casa de madeira, tirar do bolso 450 reais para comprar uma casa para a Loirona lá do 100º DP.

Então, há gente com boa vontade, sim, para trabalhar, mas é como o senhor está dizendo: eles não têm um procedimento para seguir, não têm para onde mandar, não têm o veterinário legisla para ir ao local e examinar o gato envenenado. Mas, claro, tem gente que não gosta, já vi delegado mandar sumir. Toda delegacia



tem muitos animais e muitos delegados e delegadas não gostam e mandam sumir. Animais somem da delegacia.

Eu acho que o exemplo vem também das autoridades. Quando chega um e diz para o tira “*Não chuta, eu vou levar para casa, eu vou encaminhar para uma adoção*”, isso também é muito importante. É uma questão cultural no Brasil que precisa mudar, e nós precisamos de bons exemplos. O senhor, aqui presente, é uma autoridade importante, um bom exemplo de cidadania para nós.

O SR. JOÃO ROBERTO PEDROSO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu queria registrar a presença do Relator, o Deputado Ricardo Tripoli, e agradecer a presença ao Dr. João Roberto.

Passo a palavra aos inscritos.

Eu não sei seu nome.

A SRA. JULIANE CRISTINA FERREIRA - Juliane.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Juliane.

Primeiro, com a palavra a Dra. Andresa Henriques.

O SR. JOÃO ROBERTO PEDROSO - Eu só quero tomar a liberdade e saudar meu grande amigo de longa data, Deputado Ricardo Tripoli, que, quando Secretário do Meio Ambiente, nos deu apoio incalculável. Fizemos excelentes trabalhos em prol da defesa ambiental. É um prazer revê-lo.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Muito obrigado.

A SRA. ANDRESA HENRIQUES DE SOUZA - Bom dia.

Meu nome é Andresa Henriques de Souza, sou advogada, Coordenadora da Comissão de Defesa dos Direitos dos Animais da OAB da Subseção de Santo Amaro, São Paulo, e membro da Comissão Especial de Defesa dos Direitos dos Animais do Conselho Federal da OAB.

Eu gostaria de agradecer ao Deputado Goulart, que muito tem feito pela nossa extrema Zona Sul de São Paulo, o convite e principalmente ao Deputado Ricardo Izar, Presidente da CPI de Maus-Tratos de Animais, cujo trabalho tenho acompanhado. Ele tem sim, dentro do Congresso Nacional, lutado muito pelos projetos que atendem à causa animal. Isso tem sido fundamental.

O melhor de todos os eventos foi em setembro deste ano, um simpósio que reuniu representantes de comissões da Ordem dos Advogados do Brasil e membros



da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Animais, para que todos pudessem igualmente falar da causa, discutir os pontos controvertidos, as questões de grande relevância, e, então, lutarmos juntos, num único segmento, para a aprovação deste projeto de lei que eu acho o mais importante de todos: o Projeto de Lei nº 6.799, de 2013. Digo isso porque dele vão se originar todos os desdobramentos judiciais, inclusive com impactos nas delegacias, posteriormente no Judiciário, e uma evolução cultural.

Então, meu discurso aqui é de quem está à frente da Comissão de Defesa dos Direitos dos Animais da OAB e também de uma advogada que milita na causa animal. Particularmente em São Paulo tive excelentes experiências nas duas delegacias especializadas em crimes contra os animais, em maus-tratos. Sempre fui muito bem recebida nas delegacias e meus inquéritos sempre foram muito bem encaminhados e tratados. Obviamente representar órgão de classe que trata da matéria com comissão especializada, faz com que sejamos recebidos de maneira diferenciada. Então, acompanhei — à época o Delegado da 1ª Delegacia de Meio Ambiente era o Dr. Hamilton Benfica — alguns inquéritos de grande relevância sobre reprodução forçada de animais silvestres. Eles todos sempre foram muito bem recepcionados.

Evidentemente, a questão aqui colocada pelo Deputado Goulart é de grande relevância, primeiro, porque a aprovação do PL 6.799/13...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Explica para eles do que trata o PL 6.799/13.

A SRA. ANDRESA HENRIQUES DE SOUZA - Perfeito, eu me esqueci da parte mais importante: o PL 6.799/13 pretende modificar o *status* jurídico, a natureza jurídica dos animais. Então, se aprovado, e cremos que vai ser, vai modificar um parágrafo do Código Civil, que vai deixar de tratar animais simplesmente como coisas e a proteção jurídica efetiva, inclusive processual, vai se modificar.

É importante que tratemos dessa ampliação da recepção dos crimes nas delegacias especializadas, se serão criadas ou não, se serão ampliadas ou não, se efetivamente começarão a serem recepcionadas as notícias-crime pelas delegacias locais e, então, direcionadas às especializadas, porque assim já é a regra, apenas não se pratica efetivamente.



Diante disso, se as delegacias não forem capazes de recepcionar essas notícias-crime, essas promotorias de meio ambiente também têm de ser criadas. Acho sim que deve haver a ampliação também para os Municípios menores, as distâncias maiores que não conseguimos alcançar, pois nosso universo não é São Paulo e os crimes contra os animais em São Paulo são diferenciados de todos os outros que vemos por aí, praticados por pessoas de culturas distintas.

Então, quando esses crimes forem efetivamente recepcionados pelas delegacias, esse projeto de lei que vai alterar a natureza jurídica dos animais, e estou muito confiante... Fiquei muito feliz com a vitória, Deputado — muito, muito, muito —, porque passou por unanimidade na Comissão do Meio Ambiente. Mesmo em meio àquela guerra de discussão com a Ordem, que tentava colaborar somente juridicamente, fizemos algumas modificações sensíveis à letra da lei. Pensávamos: *“Puxa, vamos passar por uma bancada ruralista”*. A Comissão de Meio Ambiente aprovou por unanimidade uma questão que vai evoluir culturalmente.

Mas, se as delegacias não estiverem prontas para recepcionar a notícia-crime, se efetivamente esses crimes se tornarem processos judiciais que vão ser processados pelo Ministério Público — e vai haver instrução judicial —, se desses crimes não vier uma sentença e dessa sentença não se originar uma discussão, um embate jurídico de interpretação sobre qual vai ser a partir de então o *status* que vão ocupar, o nível de proteção que eles devem merecer, não vamos conseguir chegar a lugar nenhum. A hora é agora.

Eu comentei em reunião na semana passada do Conselho Federal que essas tragédias — tal como a que aconteceu recentemente com porcos no rodoanel em São Paulo ou no Pará, que envolveu 5 mil bois, gado que está lá até hoje — vêm num momento oportuno para que possamos começar a modificar sim, após um grande acidente, um grande desastre, essa cultura. Mas essa cultura se modifica em larga escala, começando no particular, com alguém que tem um vizinho que resolve envenenar seu cachorro, seu gato. Esse particular nem sempre pode procurar um advogado — e o advogado vai fazer aquele inquérito ser instaurado de qualquer maneira —, e se não procurar um advogado, vai diretamente, como disse a Dra. Sandra, para a rede social.



Há um tempo acompanhei um caso do furto de um cão Golden Retriever, raça muito procurada, que foi localizado em uma comunidade na Zona Leste. Em algum momento da conversa perguntei à proprietária: *“Mas você procurou a delegacia?”* Ela disse: *“Não, nem pensei em procurar em delegacia”*. Ela foi ao Facebook, conseguiu 5 mil compartilhamentos e localizou o cachorro, que estava sendo revendido a preço vil. Ela pediu autorização ao chefe daquela comunidade para entrar no local e resgatar seu cão.

Se o particular é vítima de crime com animal doméstico, também é de crime com animal silvestre, que é tão importante quanto. Portanto, se esse crime não for recepcionado pelas delegacias, se essa cultura não começar a mudar agora, esse PL 6.799/13, quando aprovado, vai sofrer grande impacto, porque o Judiciário vai ter que definir como vai ser a proteção jurídica desse animal, desse ser não humano ao qual o PL 6.799/13 tem tentado dar a mesma dignidade a nós dispensada. A mesma dignidade devida ao ser humano deve ser concedida aos animais. Por que esses seres específicos que convivem no mesmo ecossistema que todos nós não podem ter essa proteção jurídica e essa dignidade? Eu só entendo que um projeto de lei ou uma lei que concederá aos animais natureza jurídica diversa de coisa deverá implicitamente atribuir a eles dignidade. Acho que é isso que as leis esparsas já vêm lutando para fazer.

Então, o problema vai desde transporte de cargas, que deve evitar maus-tratos. Como conciliar as coisas? Os animais devem ser transportados, mas não podem ser submetidos a maus-tratos. Quanto ao abate, dever ser humanitário. Se humanitário, o animal também não pode ser submetido a horas e horas de agonia no abate.

A legislação esparsa já vem lutando por essas medidas.

Eu entendo que esse projeto de lei será o mais importante e definirá efetivamente a mudança cultural que nosso País terá a respeito dos animais, mas antes disso devemos implementar na prática qual será a recepção — e ela, felizmente ou infelizmente, acontece dentro da delegacia — que deve ser alterada a partir de agora. Todas as delegacias devem estar aptas.

Minha sugestão a esta CPI é que, se enfrentaremos muitos obstáculos para que haja ampliação dessas delegacias ou para que sejam criadas em grande escala,



que pelo menos possamos institucionalizar e orientar de maneira educacional aqueles profissionais das delegacias que deverão não só receber a notícia do crime, mas efetivamente encaminhá-la e igualmente investigá-la.

Digo isso porque estamos representando aqui uma grande capital, São Paulo. De fato, minha experiência com as duas delegacias em São Paulo é fantástica. Sempre fui muito bem recebida, os inquéritos sempre chegaram até o final. E os que não foram concluídos com sucesso, digamos assim, não efetivamente prenderam ninguém... Eu acompanhei um inquérito policial que apurou a venda de Yorkshires no centro da cidade a preço vil, 50 reais por animal. Era o repasse do produto. Isso acontece quase sempre para a compra de drogas. Alguém rouba o bichinho — não é bem um sequestro — e repassa a 50 reais. E assim vão ganhando a vida. Isso está muito comum em São Paulo, sem contar o caso de reprodução forçada, que foi bem emblemático, bem bacana. Então, é isso.

A minha sugestão é que pelo menos os policiais, aqueles que recebem a notícia do crime, possam ser orientados de maneira mais incisiva e que, sem dúvida, olhemos pela ampliação dessas delegacias. Vejo isso com clientes que atendo, mas, em especial, com a maior parte da população, cuja principal queixa é: *“Efetivamente nós não conseguimos chegar à delegacia e sermos atendidos”*. Eles sequer conseguem chegar à delegacia, por isso nem cogitam chegar à delegacia, por isso nem cogitam levar à delegacia algum tipo de crime contra o meio ambiente ou contra um animal silvestre. Eu acho que eles nem o cogitam quando tratamos de animais domésticos, quiçá de animais silvestres! (*Riso.*) Eles pensam duas vezes antes de chegarem lá.

Agora, só para finalizar, acho que a população está muito preparada para o assunto — muito preparada. Não é à toa que a causa animal é um dos assuntos mais falados no mundo. Eu não tenho nenhuma dúvida disso, seja porque, como vocês podem ver, a maior parte da imprensa noticiou, estudos do IBGE foram feitos e verificaram que há mais animais dentro dos lares do que crianças, seja porque efetivamente declaramos que estamos prontos para abrigá-los, mas é um dos assuntos de maior proteção, proteção pelas pessoas, e de maior interesse. Então, acho, sim, que está na hora de o Estado como um todo olhar para a criação dessas



delegacias e para sua ampliação. E espero que o Congresso olhe, então, pela criação de leis que protejam efetivamente os animais.

O doutor mencionou a fiança. Houve uma alteração na lei de fianças, e foi essa alteração que fez com que as coisas ficassem um pouco mais complicadas. Mas é assim: são percalços. Se o crime efetivamente tiver uma pena maior, conseguiremos mudar o regime da sua aplicação.

É isso.

A SRA. SANDRA MARIA DA SILVA - Posso só dizer uma coisa? Uma das dificuldades que nós vemos, pelo menos no interior, que foi para o que eu fui chamada, é para onde levar os animais, como bem falou o doutor.

Em Ribeirão, tivemos um caso que foi parar na Justiça, sobre os Galos Índios, galos de briga — eram 24 adultos e 5 pintinhos —, e não havia para onde levá-los. E aí é sempre a OAB que tem que ajudar. Então, todo mundo tem o telefone dos advogados da OAB de Ribeirão, e todos ligam. Aí conseguimos com uma protetora, que precisaria de um tempo hábil, para construir os abrigos individualizados, para receber os animais na propriedade dela.

O grande problema são os animais de grande porte. Pelo menos lá em Ribeirão não temos quem os recolha, não temos onde colocá-los. Então, mais do que aparelhar as delegacias e termos delegacias e pessoas preparadas em como fazer, o problema é para onde levar esses animais vítimas de abandono e maus-tratos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Isso é em todo lugar.

A SRA. SANDRA MARIA DA SILVA - Isso porque nem sempre a gente vai ter a figura de um protetor, de uma ONG. E, às vezes, até para o depositário fiel é complicado, dependendo de onde está esse animal e também de como está esse depositário fiel se for a pessoa que está cometendo o crime.

A SRA. FÁTIMA PRUDENTE - Dentro disso, uma coisa também importante é vermos quando a cultura estiver mudando, porque hoje já é outra cultura, como falou o doutor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Fale seu nome. Fátima...

A SRA. FÁTIMA PRUDENTE - (*Riso.*) Meu nome é Fátima Prudente. Eu sou da FAOS.



Eu acho que, com a mudança de cultura, isso vai tender a diminuir. E é preciso mesmo. Existe um funil; há a necessidade do resgate, do tratamento, e depois afunila na hora da adoção. Isso precisa mesmo ser combatido e estruturado de maneira que a cultura mude e, assim, consiga absorver os que hoje estão por aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Você estaria com a palavra mesmo agora, então continue. Depois, falarão a Juliane e a Sol, conforme a ordem de inscrição.

Apenas vou passar a palavra ao Relator, e já entra você.

Enquanto isso, peço ao Deputado Goulart que assuma a presidência um pouquinho, pois preciso resolver um probleminha.

A SRA. ANDRESA HENRIQUES DE SOUZA - Doutora, eu só queria fazer um comentário: o que falta são políticas públicas a respeito do assunto, porque muito fácil seria, ou pelo menos um pouco mais fácil seria, se nós tivéssemos convênios efetivos. Por que um Município pode declinar de sua competência, já que até hoje foi incompetente para a questão, e firmar convênios?

A SRA. FÁTIMA PRUDENTE - Você tem toda razão.

A SRA. ANDRESA HENRIQUES DE SOUZA - Convênios importantes, convênios com incentivos interessantes com essas ONGs, para que se recolha. Porque evidentemente é o grande problema que nós temos.

A SRA. FÁTIMA PRUDENTE - Mais do que com ONG.

A SRA. ANDRESA HENRIQUES DE SOUZA - Mais do que com ONG, exatamente.

A SRA. FÁTIMA PRUDENTE - Assumir mesmo ou...

A SRA. ANDRESA HENRIQUES DE SOUZA - Assumir a responsabilidade que já tem institucionalmente, legalmente.

A SRA. FÁTIMA PRUDENTE - Competência. Os animais ficaram relegados muito tempo à incompetência pública, à questão da Secretaria de Saúde, o que não é uma coisa lógica. Isso precisa mudar, é uma visão antropocentrista lá de dentro. Há pessoas que fazem um trabalho muito bacana, sem dúvida nenhuma, mas a gente sabe que não é o geral, tanto que está na CPI. Então, isso precisa mudar. Precisa haver mesmo centros de proteção, sair da Saúde, inclusive com a Saúde ajudando a fazer essa transição, já que ela está deixando essa confusão aí, né?



A SRA. ANDRESA HENRIQUES DE SOUZA - Acontecer. É verdade. Perfeito. Verdade.

O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA - Deputado, posso falar só uma coisinha bem rápida? Na parte da tarde, vai ser abordada a questão dos atropelamentos, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Goulart) - Isso.

O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA - Eu gostaria, se houver tempo hábil depois, de fazer algumas exposições em relação à questão dos silvestres. Depois que terminar. Eu não sei se há tempo hábil. Eu não falei naquela hora, porque também não ia dar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Goulart) - Principalmente na parte da tarde, nós temos um tempo bastante grande. Aí vamos...

O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA - Mas eu não sei se vai sair do tema. A questão das delegacias...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Goulart) - Na parte da tarde será abordado o atropelamento de animais silvestres.

O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Goulart) - Então, vai haver um tempo bastante extenso aí.

O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA - Que pode envolver tráfico também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Goulart) - Já pode se inscrever.

O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA - Pode? Então, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Goulart) - Então, o nosso Relator, de quem tanto já falei aqui, logo na abertura, e da importância do seu trabalho, é o Deputado Ricardo Tripoli. E eu tenho sido um aprendiz dele, dos dois Ricardos. Não fossem os dois Ricardos, em Brasília não haveria proteção animal.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Meu bom dia a todos! Eu queria primeiro dizer que, por antiguidade ou velhice, ele está, como suspeito de amigo de muitos anos, está fazendo essas colocações, tanto S.Exa. como o Ricardo Izar.

Bom, eu queria agradecer a oportunidade e cumprimentar aqui o Dr. Pedroso, delegado que tem vocação e sempre se debruçou sobre essa questão da proteção



animal. Eu acho que é o primeiro delegado que nós tivemos em São Paulo que realmente abraçou a causa e tem uma delegacia especializada.

Eu tenho uma divergência quanto à questão das delegacias especializadas em proteção animal por todo o Estado de São Paulo, por uma questão de convencimento. À época que fui Secretário de Estado de Meio Ambiente, havia um grande apelo no sentido de que nós tivéssemos delegacias nos 645 Municípios que compõem o Estado de São Paulo, o que seria humanamente impossível. Se nós não temos local adequado para os nossos animais, muito menos teríamos delegacias, como é o caso da Delegacia Especializada da Mulher, como é o caso da delegacia especializada em idosos. E qual foi a saída que nós encontramos em vários debates que nós tivemos a respeito dessa questão específica do entendimento? Até porque quem não é vocacionado, quem não está preparado, quando vai a um distrito policial, a primeira coisa que ouve de um policial na delegacia é que provavelmente ele tem coisa mais importante a fazer do que apreender uma gaiola com um pássaro, ou um animal maltratado, ou coisa do tipo. Isso é muito comum, no Brasil inteiro, não só em São Paulo. E nós conseguimos entender a dificuldade daqueles policiais que têm interesse em atender a essa demanda.

Eu conversei, não com o atual Secretário... Até vou retomar essa conversa com o atual Secretário de Segurança Pública, porque o ideal seria que (*falha na gravação*) delegacia, Dr. Pedroso, mais a Polícia Científica, que faz essa avaliação, essa peritagem, digamos assim, de maus-tratos na questão dos rodeios, na questão de animais apreendidos nas residências, os chamados animais domésticos, nós pudéssemos ter um curso de capacitação para todas as delegacias de polícia e para todos os batalhões da Polícia Militar, para que entendessem essa questão. É muito comum ter, às vezes, um resgate de silvestres, por exemplo, ou de felinos, aqui na Serra do Japi. E aí o que acontece? Chamam lá a Polícia Militar. Muitas vezes até com muita vontade de atender, mas, sem nenhuma *expertise* na causa. Então, como é que você vai pegar a onça? E o sujeito já tira o revólver para dar tiro... Quer dizer, não tem aquela visão de você atirar um dardo para que ele seja ali anestesiado, para ser levado a um local onde você pode lidar com felinos e, depois de um trabalho feito com ele, ele se readaptar ao *habitat* natural dele, sendo solto, muitas



vezes com “acolamento”. E, por satélite, você acompanha como é que está a vida desse animal. Essa é a primeira questão.

Então, eu acho que o ideal seria a capacitação de profissionais em cada uma das delegacias, em cada um dos batalhões da Polícia Militar, tanto na questão do resgate como na questão da apuração científica da Polícia Civil, nos inquéritos policiais, nos processos judiciais, para que a gente tivesse uma interação e, com isso, as polícias pudessem entender essa questão da proteção animal. Podemos até envolver a Polícia Federal no que diz respeito às estradas, ao DER, às estradas que são não só estaduais, mas também as interestaduais e intermunicipais. Com isso, nós teríamos um círculo montado para que pudéssemos novamente dar conta dessa demanda, porque há uma aflição geral. E não adianta sobrecarregar uma única delegacia, que já tem um volume de serviços aqui, da capital, e da grande São Paulo, para se deslocar para uma operação em Presidente Prudente, por exemplo, de que nós estamos a 400, 500 quilômetros de distância. Então, eu acho que essa seria a primeira questão.

A segunda questão é o fato de que, em nenhuma peça orçamentária, seja municipal, seja estadual ou federal, a gente vê alguém que contemple a questão da proteção aos nossos animais.

Eu estive em vários debates com entidades ambientalistas, a SOS Mata Atlântica, o próprio Greenpeace, a WWF, o ISA, enfim, com todas elas, porque, quando você tem um fundo ambiental que é fruto dos chamados passivos ambientais — ou seja, são multas pesadas, muitas vezes recebidas, ou não, administrativamente, outras juridicamente são recepcionadas —, normalmente a destinação que o Ministério Público solicita e a que a Justiça muitas vezes atende é para a recomposição de florestas. Nada a ver aqui. Nada contra o nosso Cinturão Verde de São Paulo, a nossa Mata Atlântica, que é extremamente importante para nós o nosso Estado de São Paulo. Mas ocorre que sempre esses recursos são canalizados.

Segundo aspecto: emendas ao Orçamento. Nós não temos como... Quando assumi, há 9 anos, na Câmara Federal, Deputado Goulart, fiz emendas para as entidades não-governamentais. Eram cerca de 10 milhões, um volume alto. Piquei ali em 20 emendas — nós podemos até 25 emendas —, e as partilhamos para que



cada um tivesse. Nenhuma das entidades conseguiu recepcionar esses valores, porque o nível de dificuldade que o Governo Federal impõe às entidades, o número de certidões, o número de documentos, o período que deve estar existindo a entidade é de uma enormidade, Dr. Pedroso. Então, fica muito difícil de as entidades recepcionarem, tanto que eu fiz dois projetos de lei, um visando atender à SUIPA, que é a Sociedade União Internacional Protetora dos Animais do Estado do Rio de Janeiro, e um para atender à UIPA, que é a União Internacional Protetora dos Animais do Estado de São Paulo. Ambas têm dívidas milionárias, por conta de impostos que não foram recolhidos. E a gente fica imaginando: entidades filantrópicas, que se dizem filantrópicas, no Brasil e que recebem muitas vezes recursos de fora, além de serem isentas do pagamento de algumas taxas, de alguns impostos, de algumas contribuições e melhorias, são obrigadas a pagar. E as duas entidades que eu relacionei aqui — uma tem 73 anos de vida, a outra tem 125 anos de vida — não são isentas. Quer dizer, é um descalabro! É um absurdo! Eu estou dando essas duas como exemplo, mas nós temos centenas de entidades que são sérias, que estão há muitos anos operando e trabalhando no mercado e que não têm essa isenção.

Portanto, acho que seria conveniente que nós fizéssemos uma reunião com o Ministério Público e com o Judiciário. Nós poderíamos marcar uma reunião no Supremo Tribunal Federal com os Ministros, com o Dr. Lewandowski, por exemplo, Presidente do Supremo, e dizer a ele: *“Olha, quando tiver que passar uma orientação para o Judiciário, que, dos passivos ambientais, parcela deles fosse vinculada à área de proteção aos animais”*. O que é fundamental. E, no caso do Ministério Público, a mesma coisa, dessa mesma forma.

Outro dia, eu estava vendo um projeto de lei na Câmara Federal que me deixou extremamente preocupado, tanto que eu o segurei. Estamos lá sentados em cima dele, para ver um jeito de acabar com isso. Isso porque, normalmente hoje, no caso dos silvestres, por exemplo, eles fazem apreensão, e, em muitos lugares do Brasil, o fiel depositário é o próprio traficante. Na hora em que você vai recolher esse animal, lá está identificada uma entidade ambientalista que pode, muitas vezes, recepcionar esse animal. E aí o que eles fazem? *“Ah, 50% a 60% morreram”*. Morreram uma conversa!



Aliás, vocês não sabem, provavelmente é uma notícia nova para vocês: no Brasil, pássaro não morre. Não morre, porque, quando você faz o anilhamento do animal, o IBAMA fornece as anilhas, ou então autoriza algumas pessoas a adquirirem as anilhas. Quando o animal morre, você é obrigado a devolver a anilha. E o que eles fazem? Eles esquentam essas anilhas, apanham os animais nas florestas, anilham novamente outro animal e dizem que este animal é exatamente aquele. O problema é que há pássaros vivendo há 70, 80 anos por aí, ou alguns que morreram e ninguém sabe como morreram. Isso ocorre diuturnamente no Brasil. Então, isso tem que acabar. Não dá para você deixar, como fiel depositário, um traficante de animais silvestres, que é o que normalmente vem ocorrendo.

Outra questão que o IBAMA tem discutido muito conosco, lá em Brasília, é a questão dos CETAS, que são centros de referência, na verdade, mas são centros de referência que só existem cerca de vinte no Brasil inteiro. É muito pouco. Nós tínhamos que transformar os Centros de Controle de Zoonoses no Brasil em duas áreas distintas: uma para as questões dos chamados roedores, para as epidemias, a dengue e coisas do tipo; e uma outra para a proteção ao animal, que abrigasse os silvestres, que abrigasse os domésticos e também os chamados exóticos, em determinados locais onde há zoológico, ou ainda nos Estados que permitem a possibilidade de circos com animais, pois alguns Estados ainda o permitem. Então, seria uma maneira de fazer com que esse atendimento ocorresse de fato, e não de direito, porque, de direito, todos nós sabemos que existe essa obrigação, mas, na prática, nós sabemos que ela nem sempre ocorre, por falta de um entendimento.

E, por último, quero dizer para vocês terem muito cuidado, porque nós estamos vivendo um período muito difícil no Brasil. Nós teremos, com certeza, uma crise econômico-financeira ainda no ano de 2016. Isso é fato. Nós não estamos aqui politizando essa discussão. É fato. E, sempre quando há uma crise, quem mais sofre são os nossos animais, porque as pessoas dizem: *“Mas, em vez de vocês cuidarem de idosos e de crianças, vocês ficam cuidando dos animais”*. Como se isso fosse matéria divergente, e é matéria convergente.

Eu fiquei muito feliz de ver uma matéria, outro dia, segundo a qual os animais ficam, durante um período, numa creche de idosos, atendendo aos idosos. Hoje nós temos inclusive um cão contratado, aqui na Escola Paulista de Medicina, no Hospital



São Paulo, que passa junto com o médico para ver os doentes e faz o maior sucesso. Isso demonstra a importância dessa convivência do ser humano com os animais domésticos. Portanto, deixo aqui a minha fala como contribuição, para que possamos juntos avançar nessa questão, que é fundamental para o País e para o mundo.

Nós conseguimos, na última Rio+20, realizar um fórum paralelo da WSPA, lá no Rio de Janeiro, para discutir a proteção animal. E ficamos muito felizes, porque a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, abriu esse evento. E foi a primeira vez que nós tivemos uma participação efetiva, oficial, em um ato dentro do evento da Rio+20, que discutiu a questão ambiental, mas que também, paralelamente, discutiu a questão da proteção dos nossos animais.

Portanto, encerro aqui dizendo que estou à disposição. O Deputado Ricardo Izar tem recepcionado os documentos e me encaminhado. Nós deveremos, obviamente no final do mês de novembro, mês que vem, encerrar a nossa Comissão, porque ela tem um período para acontecer, e nós apresentaremos um relatório junto com a nossa Assessoria. Estão aqui a Dra. Laura, que é uma Procuradora concursada da Câmara Federal, o Paulo, que é o nosso Secretário, as nossas colaboradoras, que nos têm ajudado bastante, para que possamos formatar um relatório que tenha peso na decisão daqueles casos que estão tramitando, e que, daqui para a frente, tenhamos no Congresso um grande documento que seja um sinalizador de políticas públicas voltadas a essa área específica, à qual tanto nos dedicamos, que é a área da proteção aos nossos animais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra a Sra. Fátima.

Peço que todos digam o nome e a entidade de que participam, sempre antes de falar.

A SRA. FÁTIMA PRUDENTE - Sou Fátima Prudente, Diretora da FAOS, e é um privilégio estar aqui. Quero agradecer a V.Exa., Sr. Deputado Ricardo Izar, ao Deputado Ricardo Tripoli e ao Deputado Goulart. Essa é uma iniciativa maravilhosa, uma conquista da CPI, uma coisa fantástica.

Quero dizer duas coisas. Primeiro, parabéns pela união, porque muitas vezes, a maioria delas, essas uniões acontecem atrás de uma vantagem, normalmente



econômica, e não pelos animais. Nós estamos aqui dando a cara a tapa. Parabéns pela união! É muito bacana ver isso acontecer. Segundo, sobre a importância de uma audiência acontecer aqui em São Paulo, acho que não precisa nem ficar falando, porque é chover no molhado. O que acontece aqui se espalha pelo País. É uma coisa bacana.

A delegacia é mesmo um negócio importante. Precisamos mesmo das delegacias, mas precisamos muito colocar nelas gente preparada. Pessoalmente, eu tenho casos terríveis dentro de delegacia — de delegacia especializada, não estou falando de qualquer uma, não. *(Riso.)* O escrivão ainda comentou comigo que tinha um gato lá que estava enchendo o saco, e ele tinha vontade de dar um tiro de chumbinho nele. Eu ouvi isso dentro de uma delegacia. Então, precisamos mesmo, e precisa haver cursos, precisamos desses cursos para preparar esse pessoal. Em Curitiba, houve um curso para o qual veio até gente do FBI, o pessoal forense, veterinários forenses. Em termos de cultura, isso é uma complicação. Dentro da própria polícia, doutor, eu não sei como acontece, mas eu já ouvi delegados falarem que o pessoal chama de “delegacia bambi”, no sentido pejorativo. Então, lá dentro, isso precisa ser consertado.

Quanto a juntar com o Centro de Zoonoses, existe gente bacana, existe gente ruim. A cultura do Centro de Zoonoses é antropocentrista. Precisamos mudar isso para biocentrismo urgentemente. E lá já ouvi também muitos comentários a respeito. Quais são os servidores que às vezes vão para lá? Os que ninguém quer. Isso também precisa mudar. Então, há um punhado mesmo de coisa para consertar, tudo dentro de uma cultura.

Acho que a polícia devia ter veterinários. O que o senhor falou, Sr. Deputado, podia englobar também os bombeiros, acho que ia ser bacana, já que são membros da polícia também, né?

Dentro do Legislativo, que acho é o caso de vocês, quanto à tipificação de maus-tratos, a gente precisa de lei de assassinato. Não existe lei de assassinato para animal. Acho que isso é uma coisa muito bacana para vocês incluírem também. Faz muita falta no apoio ao pessoal que trabalha nisso. Acho que a criação de uma Secretaria é uma outra coisa essencial, porque é através dela que se vai conseguir, depois, fazer uma transferência, aos poucos, tirando da Saúde e colocando, porque



a questão da fauna é muito específica para ficar junto com o meio ambiente. A visão de meio ambiente ainda é uma visão antropocentrista. Quando se pega a visão da fauna, muda-se o foco.

O senhor comentou que as pessoas perguntam: “*Por que não cuidar de idosos?*” Olhe, quando cuidamos de animais, nós estamos cuidando da nossa própria humanidade e da nossa própria moralidade. Então, isso é uma coisa importante, e temos que apoiar essa natureza jurídica.

E, sobre aquela questão de se conseguir uma taxa, um fundo, eu não sei exatamente como se colocaria isso, mas 0,34% do PIB do ano passado vieram de animais. Está na frente de geladeiras, de eletrodomésticos. Quer dizer, nós temos muito dinheiro rodando por aí. E isso precisa ir para quem é de direito.

Então, eu acho que são essas as coisas que eu queria falar e pedir a vocês, que têm essa possibilidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quero aproveitar que foi falado do Projeto de Lei nº 6.799 para fazer um pedido ao Deputado Ricardo Tripoli, que é membro da CCJ: V.Exa. poderia pedir a relatoria deste projeto, porque ele já foi, e saiu da CMADS na semana passada, lembra? A gente votou, e agora, se ele pegar, já é um passo a mais para a gente. *(Risos.)*

Com a palavra a Sra. Juliane. Fale o nome completo e a entidade a que pertence.

A SRA. JULIANE CRISTINA FERREIRA - Meu nome é Juliane Cristina Ferreira, sou veterinária do Zoonoses daqui de São Paulo. Eu faço a vistoria zoonosológica. Atendo a muitos documentos da delegacia, respondo ao DPCC, quatro a cinco por mês, e a alguns endereços na área do Capão Redondo, no Morumbi e em Campo Limpo.

O que eu queria perguntar primeiro é para a Dra. Sandra. Eu fico muito triste com o que acontece lá. Eu não esperava que fosse assim. Mas eu vejo que realmente nos Municípios adjacentes a São Paulo a gente tem pouco respaldo para os casos, tanto que muitas pessoas, principalmente do Capão Redondo, que faz divisa com Embu e Itapeverica, pedem ajuda ao Zoonoses de São Paulo, sendo que às vezes a gente não pode atender devido ao limite de atuação.



O que eu queria colocar é justamente o que o Dr. José Pedroso disse. Alguns casos que você citou, como abandono, falta de castração e carrapatos, acabam sendo um pouco, eu acredito, devido à falta de fiscalização da própria transmissão das zoonoses e não tanto, a meu ver, à delegacia em si. Então, o que eu vejo é que, antes de chegar... Muitas coisas a que eu atendo eu muito; eu pressiono para que mude. Os veterinários têm um talão de multa. Então, eles podem atuar, sim, no caso de maus-tratos, no caso de não ter o atendimento adequado do proprietário. Por exemplo, um animal jogado e lotado de carrapatos, como o Dr. José disse, a gente não consegue fazer a sua remoção, porque o Centro está lotado. Mas você consegue pressionar o proprietário a que cuide daquele animal. Então, além das orientações, você entrega a lei. Então, eu acho que isso talvez esteja ajudando o Município a inibir um pouco isso.

Eu não sei em que pé está a situação de maus-tratos. Hoje a gente vê na Internet casos muito graves, casos escabrosos. Mas eu acho que isso tende a diminuir quando a lei faz pressão. Então, a gente tem a Lei nº 13.131, que disciplina a posse de cães e gatos; a gente tem a Lei Municipal nº 10.309, que coloca que a pessoa não pode ter a casa suja, que não pode ter rato, que não pode ter... A gente tem o Código Sanitário também para ajudar. Então, nos casos que você colocou, eu vejo o abandono, que é como você disse: não pega só a parte do animalzinho que está maltratado — ele vai ficar vulnerável a atropelamento, a maus-tratos, à morte — mas também a parte da saúde pública. Então, temos a raiva. Um animal na rua é um animal que não está sendo supervisionado, é um animal que não vai ser vacinado, é um animal que vai dar crias sucessivas e que vai estar à mercê da caça de morcegos com o vírus da raiva, a transmissão da raiva, que é uma doença horrível. Agora, no Município, a gente teve o corte da campanha. Este ano não a tivemos, o que é muito grave.

Então, eu acredito que aí é que entra mesmo a parte do Zoonoses. E eu acho que aqui em São Paulo a gente tem... Por exemplo, em alguns casos têm um limite de até onde a gente pode ir, né? Eu estou falando isso porque eu faço vistoria todos os dias. Meu dia a dia é atender aos maus-tratos, à castração e a vacinas em gato, cachorro, boi, cavalo. Eu vou para a rua e vejo que alguns casos que a gente não consegue resolver com a lei, quando passa a ser um crime, a gente colhe as



evidências e manda para quem pode resolver, porque... Algumas penalidades a Prefeitura não imputa, que é detenção... E aí a gente recorre. Então, a gente manda CDs. Eu faço isso. Eu colho as imagens e eu mando, por tramitação interna mesmo, até a delegacia. E a delegacia manda para a gente também muitos documentos, talvez por não ter o veterinário também. Eu acho também que é importante ela ter um veterinário. A gente vai... Muitos casos, por exemplo, de aviculturas, que não têm só aves silvestres, mas têm aquelas exóticas, dificultam muito, às vezes, ao policial, na hora também em que não consegue identificar a espécie da ave. E também nós, da Zoonoses, por lidarmos muito com cão e gato, não temos essa vivência de identificação de algumas aves. Então, a gente acaba mesmo entrando em alguns problemas.

Mas eu acho que, no caso de Ribeirão Preto, eu acho que a Zoonoses, antes de... Por exemplo, em casos escabrosos, realmente não tem como a Prefeitura... Escabrosos, digo, quando se matou a paulada... O flagrante, a gente não tem, mas aqueles casos... Antes de chegar a isso, o proprietário tem que ser orientado a cuidar de seu animal: *“Olha, isso você tem que fazer, não é se você quer ou não. Você não tem essa opção. A lei coloca. Você tem que fazer. É uma questão de saúde pública”*. Então, tem que dar ração, tem que dar água, tem que vacinar.

Então, eu acho que, se a Zoonoses funciona e se os profissionais são engajados e comprometidos, eu acho que ajuda até antes de ir, porque, senão, fica tudo para a delegacia. É o que eu vejo. Eu não sei se o pessoal concorda. Mas, assim, tem muitos casos... Porque aqui a Prefeitura não tem como recolher os animais mesmo. Mas você tem como multar a pessoa, três, quatro, cinco, seis vezes. E, quando cai no bolso, nossa, o pessoal fica pianinho! Recebe o primeiro talão de multa, muda. A gente até orienta a doar: *“Ó, agora que está bem, que o animal está bem, vamos doar. A gente está vendo que o senhor não tem condição de cuidar”*. Entendeu? A gente orienta isso.

Então, eu acho que talvez a delegacia... Por exemplo, num abandono, a força das legislações municipais precisa ajudar para que isso não aconteça. Eu não sei se em Ribeirão Preto tem legislação municipal também que ajude nisso, como a gente tem aqui, em São Paulo. São poucas, mas tem. Ajudam muito, porque eu uso muitas, para pressionar proprietário que maltrata.



A SRA. SANDRA MARIA DA SILVA - Juliane, eu vejo que você está a anos-luz de nós lá. A OAB, sua 12ª Subseção, abrange cinco cidades: Ribeirão Preto, Cravinhos, Jardinópolis, Serrana, Santa Rosa de Viterbo. E nós vemos que as reclamações são sempre as mesmas. Nosso Centro de Controle de Zoonoses mudou de nome para Coordenadoria do Bem-Estar Social. Ribeirão é uma cidade que, embora grande, tem mentalidade pequena. Nós não temos verbas destinadas para essa área. E, dentro do Zoonoses — agora da Coordenadoria do Bem-Estar Social —, teríamos capacidade para somente 96 animais. Não tem só 96, tem muito mais.

Eu sinto que o que falta é um programa de conscientização. A lei do Feliciano já fala que os Municípios têm que conscientizar. E eles podem multar. Nós não temos isso, infelizmente. Eu tenho dó da nossa chefe do Zoonoses, porque ela leva muita pancada e porque ela também não tem como trabalhar. Ela não multa, ela não tem como fazer. Então, a gente percebe que as pessoas ficam perdidas, porque chegam à delegacia, têm obstáculos, chegam a Zoonoses, têm obstáculos, chegam ao Município, e o Município não está nem aí. O Município é o primeiro a transgredir. Nós temos vários pontos de abandono. Por exemplo, em Morro do São Bento, que é área de preservação ambiental, em 2011, teve a chacina dos gatos. Não ficaram animais, ficaram... Nós temos uma pessoa que é responsável por esses gatos e que paga do bolso as castrações de todos os que aparecem, porque toda semana tem abandono de adultos e de ninhadas. Em nosso Município, há tempos, não há castração. Nós tivemos o Castramóvel — que foi a verba que o Ricardo mandou —, que fez metade das castrações e foi embora. Ninguém sabe o que aconteceu. Cadê o restante da verba? Foi embora. Conseguimos um Castramóvel, e não temos quem trabalhe nesse Castramóvel. Então, o que acontece? Os protetores tiram do bolso.

E, agora, no Morro do São Bento, quando nós fomos para o Ministério Público, se o Município tivesse feito a lição de casa, nós teríamos hoje somente quatro felinos dos abandonados lá. Mas é crescente, a população felina. Nós temos 150, que são controlados por conta dessa protetora que trabalha sozinha, tira do bolso dela e os castra. E nós temos vários pontos de abandono na cidade que, há muito, deixaram de ser monitorados pelo nosso Município, como deveriam, por falta de verba. Quem monitora são os protetores, quem castra são os protetores, e quem



encaminha para adoção são os protetores. E, infelizmente, a representante da causa animal na Câmara só faz feira de adoção, coisa que as ONGs fazem. Ela poderia aproveitar a oportunidade que tem lá para buscar outras coisas, e fica só fazendo assistencialismos pequenos e fazendo feiras de adoção.

Então, a causa animal no interior de Ribeirão Preto e nas cinco cidades que abrangem a 12ª Subseção é triste, é muito triste! E, como as pessoas, realmente, não encontram onde se segurar, acabam indo para as redes sociais, e, às vezes, você acaba tendo problemas muito maiores porque não há, às vezes, maus-tratos onde eles falam que há. E você acaba causando outros crimes, outros problemas.

Eu vejo que falta uma conscientização. Eu queria que a minha Coordenadoria do Bem-Estar Animal fizesse um trabalho de conscientização nas escolas, nas comunidades. E se houver uma reclamação de maus-tratos na delegacia, que alguém ligue e diga: *“Vamos comigo para ver se são maus-tratos ou se uma orientação basta”*. Mas isso não existe. A OAB sempre buscou fazer isso, mas nunca conseguiu ter a contraprestação.

Eu fui Coordenadora da Comissão até junho deste ano, e eu pedi para sair porque não aguentei a pressão, eu estava recebendo ameaças de autoridades que estavam fazendo cobranças. Então, saí um pouco da linha de frente para me preservar também porque não se faz lição de casa, e não se gosta que sejam cobrados. *“A OAB é chata, os advogados são chatos, as ONGs são chatas”*, ninguém se une, e os animais ficam à mercê dessas vaidades todas.

Então, eu gostaria que a implantação das delegacias especializadas passassem por toda uma estrutura de conscientização, de colaboração de Município, colaboração de ONGs, colaboração de OAB, para nós, efetivamente, termos êxito. Enquanto nós continuarmos, pelo menos nessa realidade minha, lá de Ribeirão, não vamos ter êxito. Nós vamos ter cada vez mais animais na rua, cada vez mais casos de maus-tratos e cada vez mais gente ganhando dinheiro em cima da causa animal sem, efetivamente, fazer nada por eles.

Essa, infelizmente, é a realidade que eu vejo. E eu vejo que muitas pessoas preferem colocar na rede social porque têm medo de ir a uma delegacia, já sabe que o Município não vai fazer nada. Por isso, não cobra. É muito mais cômodo para mim fazer um *post*, que todo mundo vai compartilhar, e eu não estou nem aí com o que



deu, e se vai dar alguma coisa. A minha parte eu fiz porque eu não quis ir à delegacia, com medo de não ser recepcionado, e eu não fui ao Município porque o Município não faz nada. O Município é o primeiro a fazer festas de grande porte numa área de preservação ambiental, onde o Ministério Público também tem dificuldade de atuar como deveria.

A SRA. ANDRESA HENRIQUES DE SOUZA - Eu gostaria de fazer um pequeno aparte.

Dra. Juliane, você é uma guerreira, viu?

A SRA. JULIANE CRISTINA FERREIRA - Obrigada.

A SRA. ANDRESA HENRIQUES DE SOUZA - Parabéns? Não, você tem nossa admiração e nosso respeito, porque...

A SRA. SANDRA MARIA DA SILVA - Eu queria ter ela lá em Ribeirão.

A SRA. ANDRESA HENRIQUES DE SOUZA - Exato. O grande problema nasce da ineficiência...

A SRA. JULIANE CRISTINA FERREIRA - Eu estou concursada também...

A SRA. ANDRESA HENRIQUES DE SOUZA -... da Zoonoses.

A SRA. JULIANE CRISTINA FERREIRA - Então, a Zoonoses... você quer completar?

A SRA. ANDRESA HENRIQUES DE SOUZA - Não, na verdade, eu só queria fazer um comentário. Você falou a respeito da aplicação de multas, eu também acho que ela é muito eficaz. Ela é eficaz quando a gente fala de uma população carente; ela é eficaz quando a gente fala de um processo criminal que vai sofrer inúmeros obstáculos, inclusive de pena, para a aplicação da pena final. E esse problema que você levantou, sobre a falta... Veja só, neste ano, nós não fizemos a campanha de vacinação da raiva!

A SRA. SANDRA MARIA DA SILVA - Nem em Ribeirão.

A SRA. ANDRESA HENRIQUES DE SOUZA - O tamanho dessa negligência não pode ser apurado sequer aqui, numa audiência pública, mas deve ser falado e salientado numa CPI, sim, porque nós não estamos só negligenciando os animais, nós estamos negligenciando uma população. É um assunto de saúde pública e de falta de gestão para conter efetivamente uma doença potencial.

Então, você é uma guerreira.



A SRA. JULIANE CRISTINA FERREIRA - Obrigada.

A SRA. ANDRESA HENRIQUES DE SOUZA - Nós seríamos mais felizes se tivéssemos, na Zoonoses pessoas um pouco mais comprometidas, porque quando chegamos à delegacia — e, veja só, estamos aqui discutindo o papel importante da delegacia —, o caso já está para lá de espancado, os maus-tratos já foram realizados uma sequência de vezes. É uma situação que já está se perdurando por muito tempo, e a Zoonoses poderia ter agido, efetivamente, muito antes, no começo, na raiz.

A delegacia é o começo de um largo processo, de um longo processo de obstáculos: um inquérito a ser finalizado, um processo judicial a ser instaurado, uma sentença que virá para ser executada. Veja só, é um caminho muito longo. A Zoonoses era o principal, o que mais deveríamos olhar.

A SRA. JULIANE CRISTINA FERREIRA - Sim, eu acredito, a meu ver, que a Zoonoses tem como atuar em alguns casos, apesar de também se tratar de crimes. Mas precisa, às vezes, de uma adequação; às vezes, de uma orientação ou, às vezes, até uma informação ao proprietário de que hoje existem as leis. Muito não sabem que ele não pode isso, não pode aquilo. Como tem muita gente que não sabe, ele quer ter a casa dele toda bagunçada, e que os ratos vão para tudo quanto é lado. *“Não, mas a casa é minha e aqui eu faço o que eu quero.” “Não, o senhor não vai poder fazer isso porque os ratos estão incomodando o seu vizinho.”* Então, a pessoa, às vezes, não tem informação de que ela não pode tratar dessa forma o animal, e que tem uma lei: *“Ah, você não vai fazer porque quer, você vai fazer porque a lei está aqui, você vai ter que cumpri-la.”*

As delegacias — eu vejo — são para investigar aqueles crimes mesmo. Há um caso que a gente começou a pressionar a proprietária a resolver a questão dos carrapatos. Então, os casos entram na Prefeitura pelo 156. Não sei se vocês já viram aquele programa da *Globo*.

A SRA. ANDRESA HENRIQUES DE SOUZA - O *Globo Repórter*.

A SRA. JULIANE CRISTINA FERREIRA - Não, o do jornal da manhã. Eles até pegam um pouco no pé: *“Ó, o 156 não está resolvendo”*. Então, a gente tenta dar muita prioridade não só por isso, também mas para o munícipe ter confiança de que o caso dele está sendo atendido.



Então, eu peguei um caso em que o munícipe vizinho reclamou no 156 da presença de carrapatos. Era uma cadela com os filhotes, lotada de carrapatos — lotada de carrapatos. E aí entra a educação que a gente faz: “Ó, não pode ser desse jeito. A senhora vai ter que comprar medicação, vai ter que dar um banho, pelo menos, para retirar esses carrapatos, e tal.” Foi indo, foi indo, e ela não resolveu o problema. Acabou que os filhotes acabaram morrendo, e ficou a cachorra. Os filhotes morreram, porque eram muito pequenos, não aguentaram a quantidade de carrapatos, e ficou a cachorra. Então, o CCZ foi com o carro lá, a nosso pedido, levou a cachorra para Santana, devolveu castrada, na casa do munícipe. O CCZ faz isso. Ele pega cachorro e gato na casa do munícipe, castra e devolve na casa do proprietário, principalmente quando têm pessoas que têm 30, 45, 50 animais. Devolveu. O que aconteceu? O que a proprietária fez com a cachorra? Ela matou a cachorra a pauladas. Quem viu e filmou foi o vizinho. Então, qual é a minha obrigação? Eu a multei. E o que eu fiz? Peguei as imagens e mandei para a delegacia, porque eu não tenho como autuar.

Então, assim, eu vejo a delegacia como o ponto...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. JULIANE CRISTINA FERREIRA - Isso. E não como está em Ribeirão Preto, que são casos que o Município tem que resolver em si, e não vir tudo para a delegacia, como ela colocou.

E aqui, em São Paulo, as castrações gratuitas, elas acontecem em série. Então, assim, a Prefeitura castra, “microchipa”, fornece RGA de graça. Então, as filas dos mutirões de castração são enormes. Em cada mutirão a gente castra em torno de 300 animais, cães e gatos. Eles são feitos mês sim, mês não. E a população se envolvendo com os eventos, ela melhora a postura dela em relação aos animais.

Quem vê um animal maltratado hoje denuncia, as pessoas denunciam. Então, eu acho que os casos escabrosos, quando se tem o apoio do Município, tendem a diminuir.

Agora, no caso de animais silvestres, eu acho que já é outra história, porque a gente faz vistorias a casas de ração, sim, com animais silvestres, animais exóticos e existe realmente uma dificuldade de destinação desses animais.



Eu mesma, na casa de um munícipe, fiz a apreensão de um jabuti, e foi um parto para conseguir um lugar. Isso acaba desestimulando. O que a gente faz? Acaba deixando o bicho na casa da pessoa.

A SRA. ANDRESA HENRIQUES DE SOUZA - Vamos transformar todos os zoológicos em locais para recepcionar esses animais.

A SRA. JULIANE CRISTINA FERREIRA - Pois é.

O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA - Se fossem duas araras azuis, você teria para onde destinar. Jabuti, canário da terra, pássaro preto ninguém quer.

A SRA. JULIANE CRISTINA FERREIRA - Pois é.

O SR. MARCELO PAVLENCO ROCHA - Se fosse ararajuba, arara azul, príncipe negro, você teria para onde destinar, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Doutora, eu queria só fazer um questionamento. A gente está falando das delegacias, mas a senhora trabalha no Centro de Zoonoses de São Paulo.

A SRA. JULIANE CRISTINA FERREIRA - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Os animais vão para lá e depois, quando eles estão saudáveis, vocês fazem a adoção desses animais.

A SRA. JULIANE CRISTINA FERREIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quando foi a última feirinha de adoção?

A SRA. JULIANE CRISTINA FERREIRA - Então, eu sou da descentralizada. Eu sou da Regional Campo Limpo, eu não estou em Santana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Mas você sabe se acontece...

A SRA. JULIANE CRISTINA FERREIRA - As feirinhas acontecem com certa frequência no Centro de Controle de Zoonoses. As zoonoses têm os veterinários descentralizados nas vigilâncias. Então, nós somos subordinados ao central, mas para o central estar perto das áreas, os veterinários foram espalhados pela cidade.

Por exemplo, o Butantã tem o veterinário das zoonoses lá. Tem o Butantã, tem Aricanduva, tem Guaianazes e tal. Eu sou da área do Capão Redondo, Campo Limpo, mas é como se fosse um centrinho na área.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dra. Maíra, eu já vou lhe passar a palavra. Nós estamos numa sequência aqui.



Por favor, diga o seu nome e a entidade.

A SRA. SOLANGE APARECIDA DIAS - Sou Solange, assessora do Deputado Goulart e também Conselheira das APAS do Capivari-Monos e Bororé-Colônia, na região de Parelheiros.

A dificuldade que nós encontramos lá é o descarte de animais na área rural. Muitos animais deixados nas estradas, principalmente na época de férias. O nosso CCZ faz um trabalho muito bom, temos um pessoal muito bom, mas eu entendo que precisaria haver um trabalho que instituísse, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, um serviço de atendimento a esses animais e a esses proprietários.

Esses animais acabam sendo recolhidos, mas eles são recolhidos na zona rural por pessoas que têm poucas poses e dificuldades até mesmo de levar os animais a algum centro para ter o tratamento adequado.

Por exemplo, o CCZ sempre está próximo às aldeias, e nós temos uma quantidade imensa de animais. Então, eu colocaria como proposta que a gente tivesse uma rede de atendimento, como se fosse o SUS, para os animais, que a gente tivesse um centro de atendimento para aquela pessoa que vai levar o animal, principalmente esses animais de grande porte que existem nas redes rurais, que tivessem um atendimento volante, que tivesse uma unidade que pudesse fazer um atendimento na zona rural.

Com relação aos Boletins de Ocorrência, a gente tem uma dificuldade muito grande, inclusive no 181. Não sei se esses Boletins poderão ser feitos de forma eletrônica. Hoje a gente tem uma facilidade tão grande. Você está com o celular, você fotografa, você manda e já está colocando essa ocorrência. O que ocorre, principalmente para nós, que somos de uma região afastada, é que para chegarmos à delegacia, que funciona só até às 7 horas da noite, são 60 quilômetros em alguns espaços onde nós estamos. Isso dificulta muito você fazer qualquer tipo de Boletim de Ocorrência, porque você chega lá, você fica 10 horas, 12 horas, principalmente se for um flagrante. Isso aconteceu comigo, há pouco tempo, eu fiquei 14 horas numa delegacia à noite, porque só tem uma delegacia que atende o plantão de 24 horas na região sul, que é a 101, que atende a mais de 1 milhão de oradores.



Então, a pessoa não vai para a delegacia fazer qualquer outro tipo de ocorrência, que não seja uma coisa estritamente necessária, que afetou demais a situação dela.

Outra coisa também é com relação à Guarda: a PM Ambiental e a GCM Ambiental. Eles não adentram nas matas. Nós sabemos que tem os caçadores, eles montam acampamentos. É fácil identificar onde eles estão, porque a própria comunidade, muitas vezes, faz a denúncia para a sua Prefeitura. Só que eles não têm autorização para entrar nas matas. Eles só podem fazer a fiscalização do lado de fora. Eles não podem ficar ali 2, 3 dias ali acampados, esperando esses caçadores que fazem esses acampamentos. Então, fica difícil você pegá-los, porque eles saem à noite, eles fazem tudo à noite. Nós temos as áreas de proteção ambiental, são 250 metros quadrados para serem cuidados, e aí fica muito difícil. Quando nós estamos lá, como diz a Kika, a delegacia tem duas atividades. Então, nós somos uma área que tem uma forte pressão ocupacional especulatória, ultimamente. Os desmatamentos, as movimentações de terra são todos relacionados à Guarda Ambiental. E também temos a parte de animais, principalmente os animais silvestres: a caça, o contrabando, as feirinhas da madrugada. Então, a gente precisaria que houvesse, sim, uma atenção com relação ao policiamento, ao patrulhamento rural nessas regiões de matas, que a gente tem tanto na Ilha do Bororé quanto nas bordas da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Doutor, o senhor quer falar sobre isso — ela fez alguns questionamentos — ou quer esperar para fazer algumas considerações finais?

O SR. JOSÉ ROBERTO PEDROSO - Vou esperar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está bom.

Com a palavra a Dra. Maíra.

Diga o nome e a entidade.

A SRA. MAÍRA PEREIRA VÉLEZ - Obrigada, Deputado.

Meu nome é Maíra Pereira Vélez, eu sou Vice-Presidente da Comissão de Proteção de Defesa Animal da OAB de São Paulo. Estou muito feliz de ver os Deputados aqui engajados, a Dra. Andressa e a Dra. Sandra, das OABs e subseções.



Eu gostaria de fazer uma consideração, principalmente com relação à fala do Deputado Ricardo Tripoli. Podemos tentar aproveitar a capilaridade dos Centros de Controle de Zoonoses para subdividir isso em alguma atenção à fauna silvestre e tal.

A ideia primordialmente é ótima. A gente só esbarra em um pequeno problema: a falta de preparo do Centro de Controle de Zoonoses, muitas vezes atrelados à Secretaria de Saúde do Município, para receber esse tipo de demanda.

Por quê? A gente vê algumas veterinárias guerreiras, como a Dra. Juliana, que faz o trabalho que seria de 100 pessoas nessas microrregiões de São Paulo e de outras do Brasil. Aqui, no caso de São Paulo, tem uma questão. A gente é muito calcada no Código Sanitário e nas leis de proteção sanitárias. Então, muitas vezes eles querem ajudar, mas não têm como, porque a Zoonoses recebe portarias, de quando em quando, do Ministério da Saúde e das secretarias, orientando que eles são simplesmente órgãos de controle de zoonoses. Ou seja, doenças transmissíveis do homem para os animais e vice-versa.

Como ela bem disse, é um problema de saúde pública, e não há atenção ao ente principal, ao ser que é o animal. É claro que a gente tem que cuidar da questão da saúde pública. Isso já vem sendo cuidado, seja de maneira eficiente ou não, aí é uma questão de política pública muito maior. Mas a questão é que eles se preocupam muito mais com essa atenção sanitária. Então, muitas vezes, há questões graves de maus tratos que a Zoonoses não pode dar atenção.

E eu tenho um problema sério aqui na Zoonoses de São Paulo. A gerente atual é uma bióloga, não tem a atenção voltada para a questão veterinária. Eu não estou nem colocando em relação à pessoa dela, mas isso é mal pensado na administração pública da Zoonoses de São Paulo. A gente tem denúncias tanto da Zoonoses de São Paulo, que trabalha descentralizada, ela pouco sabe o que acontece lá dentro, quanto da Zoonoses de Taboão da Serra, são denúncias graves. No caso aqui de São Paulo, esse 156 atende, e o que acontece? Tem denúncias de que eles demoram demais para atender.

Em caso de animais atropelados, eles esperam propositadamente por 4, 5 dias para atender a esses animais, quando eles já estão morrendo. Eles realmente não têm como recolher todos esses animais, mas eles se recusam a dar alguma



atenção básica e, muitas vezes, os veterinários são obrigados por conta própria a levá-los aos hospitais veterinários.

Quer dizer, a própria Zoonoses não pensa em atender, no caso mais grave. Não é verdade que eles têm todo o tipo de medicamento, porque eles não têm. Então, eu vejo que a gestão ali está muito dificultada. Neste momento, pensar em passar isso para o Centro de Zoonoses, talvez a gente precisasse, como bem lembrou o Deputado Ricardo Tripoli, de capacitação não só da polícia, como os cursos FOCA. Ou seja, é uma atenção voltada, como já há concursos públicos, para oficiais de bem-estar animal. Bem-estar é muito diferente de Centro de Controle de Zoonoses. Então, isso é uma problemática. Eles se preocupam demais com essa questão sanitária, mas também querem desatrelar, como eu vejo alguns protetores e ativistas falando: *“Olha, vamos desatrelar o Centro de Controle de Zoonoses da verba da saúde pública e passar para uma Secretaria de Meio Ambiente.”*

A gente vai perder o pouco orçamento que já há destinado para isso. A gente tem que tomar muito cuidado quando faz esse tipo de proposição, não é verdade? Outra coisa que está acontecendo: eles recebem no Centro de Controle de Zoonoses essa verba que é destinada à saúde pública e devolvem boa parte dessa verba. Cada vez mais essa verba é diminuída, e aí a gente fica na dependência de emendas parlamentares e de uma série de outras questões, e não do próprio orçamento que já poderia ser destinado.

Aqui no Estado de São Paulo, em 2009, foi criado o Departamento de Bem-Estar Animal, o PROBEM. É um programa. Se você for no *site*, até hoje você vê que ele não funciona. Era para ter doação de animais e tal. O Deputado Ricardo Izar esteve conosco numa vistoria ao Centro de Controle de Zoonoses aqui de São Paulo. Perto de outros Centros de Controle de Zoonoses, por exemplo, do Nordeste ou de outras realidades, ele é até um bom Centro de Controle de Zoonoses, aparentemente, mas há problemas de gestão muito graves. A gente solicitou uma série de documentos, e nem todos os documentos vieram. Então, eu acho que falta gestão pública. A gente tem que tomar cuidado ao aproveitar essa capilaridade deles para dividir. Primeiro, a gente precisa treiná-los. Os Prefeitos muitas vezes de outras realidades, de cidades menores, não estão afeitos a destinar mais verbas para esse Centro de Controle de Zoonoses.



Tem a questão de concurso público também, ou seja, eles chamam esses veterinários, e muitos não querem assumir, por conta da dificuldade do trabalho, porque tem que sair a campo. Ela pega uma área de São Paulo, que tem a realidade urbana, mas tem a realidade rural também. E você vê cavalos, carroças, animais abandonados nas piores situações.

Então, eu acho que a gente tem que tentar, nesta CPI dos Maus-Tratos, tirar alguma coisa propositiva nesse sentido, para que o Centro de Controle de Zoonoses melhore, e aí, sim, as próprias delegacias especializadas possam atuar. Outra questão das delegacias especializadas é que naturalmente, como o Deputado Ricardo Tripoli falou, é impossível fazer uma delegacia especializada só para isso, em muitas realidades do Brasil. Então, você acaba fazendo, como tem a São João aqui, dividida com várias outras delegacias especializadas. Mas alguns agentes têm que ser capacitados. É como uma Delegacia da Mulher. Se não a capacitarmos para o atendimento à mulher, ela não vai funcionar da maneira devida, não é verdade? E sempre devemos lembrar ao pessoal que não é necessário ir até a delegacia especializada. Então, qualquer delegacia pode receber um Boletim de Ocorrência em relação a maus-tratos.

E finalmente, complementando a fala da Fátima Prudente, da FAOS, o crime de homicídio, vamos dizer assim, de uma analogia para os animais, só é complicado pelo seguinte, pela questão da pecuária, das granjas e de toda a produção dos animais para consumo. Se se faz um crime desse tipo, provavelmente a gente iria conseguir fazer só na proteção à fauna silvestre no Brasil. Se pegássemos os animais domesticados, não os domésticos, certamente não conseguiríamos. É como fazer um crime que não fosse o de maus-tratos, com causa de aumento de pena em caso de morte por animal. Mas um crime direto de homicídio, tendo como causa a própria morte, eu acho que, neste momento, seria muito difícil. Vamos ver se a gente consegue avançar na legislação.

É só isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Miriam, diga o seu nome..

A SRA. MIRIAM LIMA - Dá tempo ainda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dá tempo.

A SRA. MIRIAM LIMA - O meu nome é Miriam, sou ativista.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nome completo.

A SRA. MIRIAM LIMA - Miriam Lima. Sou ativista, protetora, presido uma ONG em Tatuí, interior de São Paulo, que tutela hoje 80 animais domésticos e domesticados. Nós temos animais de grande porte lá: porcos, bezerros e cabras, todos salvos de abate.

O que eu queria complementar a respeito das delegacias, eu concordo com a implantação em partes. Aliás, eu concordo com a fala de todo o mundo em parte.

Dra. Sandra, eu tenho o mesmo problema no meu Município: 120 mil habitantes, o poder público totalmente omissos. O canil que existe hoje é num local administrado por protetores. A Zoonoses só manda ração, e é numa área ambiental, onde não poderia existir esses animais. O Ministério Público não atua ali. Mesmo com as denúncias, ele não atua. A gente não sabe se é por uma questão de ser amigo do Prefeito. É uma cidade totalmente de coronelismo. A gente não avança em nada! Teve muitos casos lá na cidade, e por onde você anda nas ruas, você tropeça em animais, cães e gatos, vítimas de maus-tratos.

A Prefeitura iniciou um projeto de castração no ano passado. Licitou 3.500 e executou 1.500. Este ano licitou mais 3.500 e executou 900 somente até agora. Eu mesma já estive em várias reuniões com Prefeitos, e aí ele nos prometeu uma castração no bairro onde eu vivo. Eu vivo num bairro rural, onde há desova de animais. O pessoal desce do asfalto e desova onde eu vivo. E aí ele prometeu 300 castrações para nós. Numa sexta-feira me ligaram e, na segunda-feira, a Secretária de Saúde do Município ligou e disse que animais não eram importantes, que a Santa Casa necessitava desse dinheiro e que essas castrações não seriam executadas. Ou seja, este ano não terá mais castração. E aí o Prefeito castra 300 fêmeas, em mutirão, e, em 3 meses, eu já tenho mais 300 animais procriando nas ruas do Município. Então, você não está sozinha.

A SRA. JULIANE CRISTINA FERREIRA - Infelizmente.

A SRA. MIRIAM LIMA - Infelizmente. E eu queria complementar o que a Dra. Juliane falou, porque eu sou protetora. Eu faço isso há 3 anos, venho atuando com denúncias diretas, sendo só protetora e voluntária de uma ONG, da qual eu fazia parte em Taubaté. Eu concordo com ela. Os maus-tratos só devem chegar à delegacia quando é causa de maus-tratos. As pessoas têm que entender o que é



negligência, o que é falta de informação e o que são maus-tratos. Maus-tratos, para mim, é quando a pessoa, por maldade, por prazer, bate, acorrenta, enfim, limita o animal de diversas maneiras.

Agora, muitas vezes ela deve passar pelo mesmo, a gente atua em áreas onde as pessoas são sem instrução, pessoas que passam por necessidades, como ela falou, em áreas rurais. Como eu chego para uma pessoa que mal tem condições de se sustentar e de sustentar os próprios filhos e falo para ela: *“Escuta...”* Eu ouvi não lembro de quem nesta semana, conversando com uma moça, que é amiga minha do Recife, sobre o projeto Tração Animal, ela falou: *“Miriam, como eu chego numa comunidade e digo assim: “Escuta, esse animal está passando fome.”* E a pessoa diz: *“Eu também.”* *“E por que o seu animal está acorrentado?”* *“Ah, mas eu acorrento o meu filho também quando eu saio para trabalhar.”* É um outro tipo de abordagem. Eu não posso chegar nessa pessoa ou jogar nas redes sociais, como as pessoas fazem, de forma totalmente negligente, ou simplesmente ir à delegacia e fazer um B.O. contra essa pessoa. Existe uma diferença entre maldade, negligência e falta de informação.

Então, eu acho que não vai adiantar nós criarmos inúmeras delegacias e levarmos todo o tipo de caso para a delegacia, porque a delegacia também não vai nos suprir, e os maus-tratos não vão acabar. Eu acho que a política, na verdade, não deles, dos Deputados que atuam como política pública, mas nossa, que somos protetores, que me intitulo a voz dos animais, é levar informação a essas pessoas. Nem tudo é o que parece, nem tudo é tão grave quanto parece. Eu acho que a abordagem deve ser diferente, de acordo com o público ao qual eu estou me referindo. Eu não posso me referir sobre leis, por exemplo, com uma pessoa que nem sabe escrever o nome dela num papel e nem saber por que ela está levando multa. Então, eu acho que as delegacias são importantes.

Eu inclusive fiquei sabendo do projeto do Deputado Goulart, lá em Brasília, em agosto, e falei com a assessoria dele que era um projeto que deveria ser pensado, não só criar delegacias, senão não vai resolver o problema que nos atinge diretamente.

E sobre o que o Deputado Ricardo Tripoli falou sobre o Centro de Controle de Zoonoses, ele falou sobre criar, dentro do Centro de Controle de Zoonoses, esse



atendimento de bem-estar animal, mas de forma separada. E a Dra. Maíra falou sobre a questão de que os protetores e ativistas falam sobre retirar o bem-estar animal da saúde e transmitir para o meio ambiente. Essa é uma das políticas que eu sou favorável. Por quê? Porque o Centro de Controle de Zoonoses visa única e exclusivamente à saúde humana. Não existe bem-estar animal dentro do Centro de Controle de Zoonoses.

Então, eu acho que entre os Municípios deveria haver uma política de baixo para cima, para instituir coordenadorias ou secretarias de bem-estar animal. E elas não deveriam responder às Secretarias de Saúde, porque os Secretários de Saúde geralmente visam à saúde humana. A gente não ensina compaixão às pessoas. A gente não ensina às pessoas o amor pelos animais. E quando se criam secretarias, coordenadorias de bem-estar animal voltadas 100% para o bem-estar dos animais e colocam-se pessoas ali interessadas no bem-estar deles, a gente consegue caminhar. Eu não vejo outra maneira a não ser essa.

Resumindo, porque eu sei que muitas pessoas aqui não são protetoras e não atuam diretamente no recolhimento de animais como eu atuo, a castração em massa é fundamental e é a chave de tudo. Não adianta nós falarmos de recolhimento de animais. Eu sou totalmente contra o recolhimento de animais pelo Centro de Controle de Zoonoses, totalmente! A gente tem que desconstruir isso na sociedade. O Centro de Controle de Zoonoses recolhe animais que podem transmitir zoonose, fim. Não devem recolher animais que foram atropelados ou que irão fazer tratamento.

Eu não sei — a Dra. Juliane pode me corrigir se eu estiver errada —, mas os Centros de Controle de Zoonoses que eu conheço não possuem nem quarentena. Então, por exemplo, em Taubaté, onde eu vivi a maior parte da minha vida e me iniciei na proteção animal, eles recolhiam animais com cinomose. E a cinomose fazia o controle populacional do local, por si própria. Então, eu sou totalmente contra. O Centro de Controle de Zoonoses não tem capacidade, na minha opinião, de recolher animais que não sejam potenciais transmissores de zoonose. O trabalho que vocês fazem de atendimento e de informação é o mais importante, na minha opinião.

A SRA. JULIANE CRISTINA FERREIRA - Hoje, o Centro de Controle de Zoonoses recolhe animais de rua que estão numa situação de pré-morte: animal



atropelado... No caso do proprietário, é a vistoria que vai pressioná-lo. Na rua, eles recolhem os animais nesses casos. Os animais de rua que não estão nessa situação geralmente são aqueles que têm cuidadores. Então, hoje há os animais comunitários. Então, os animais comunitários têm até uma denominação na lei. Não sei se é a Lei nº 12.926. Não lembro. Esses animais são retirados para castração no Centro de Controle de Zoonoses e são devolvidos à rua para os cuidadores. Então, o cuidador assina um termo de responsabilidade, e o animal é “chipado” no nome do cuidador. Se esse animal for parar em outro lugar, se o cuidador colocá-lo em outro lugar... Todas as zoonoses descentralizadas ganharam um aparelho de microchip. A gente anda com um leitor de microchip. Então, a gente consegue rastrear o endereço dos animais de rua. E isso nos ajudou muito.

Agora, a remoção em massa não é feita. E a população está se educando. Então, ela não pede mais para tirar. Antes era assim: vinha o Natal, o povo não tinha onde pôr, não tinha hotelzinho para pôr, e iam para lá. Então, realmente se matava muito animal sadio. O animal era vulnerável mesmo. Hoje, não. Eu não concordo com a remoção do animal para lá ou a colocação espontânea do animal lá. Eu não concordo...

A SRA. MIRIAM LIMA - É porque a Zoonoses não devolve a dignidade a esse animal.

A SRA. JULIANE CRISTINA FERREIRA - Sim, ele vai ficar lá deprimido, com vários cachorros. Alguns até morrem. Não há espaço. Lá, há pitbulls, que não podem socializar com outros animais, porque são agressivos. Às vezes, não conseguem estar juntos com outros. Às vezes, é um padrão da raça mesmo.

A Zoonoses, hoje, recolhe só esses animais que estão atropelados ou sofrendo na rua. No caso de animal de proprietário, é a vistoria de cada local que vai pressionar o proprietário a cuidar dele.

A SRA. MIRIAM LIMA - Essa é uma das três vertentes de que eu falo: imputar à sociedade a responsabilidade sobre aquele animal que ela tutela.

A SRA. JULIANE CRISTINA FERREIRA - Exatamente.

A SRA. MIRIAM LIMA - Então, desde o momento que eu coloquei o animal dentro de casa ou que estou cuidando dele na rua, a responsabilidade é minha. E eu tenho que entender isso. As Zoonoses, as ONGs, nós, protetores que estamos



lotados, não podemos recolher todos os animais que a sociedade deseja que a gente recolha. E o Município, ainda que houvesse verba, jamais iria suprir isso, de maneira que a sociedade ficasse contente, satisfeita, e que esses animais tivessem sua dignidade restituída, nunca! Isso aí é utópico e romântico demais.

Então, eu digo: castração em massa, e recorrente. Não pode ser: *“Eu vou castrar agora. Eu vou castrar daqui a 1 mês”*. Não, é castração em massa. É, para mim, educação das crianças sobre posse responsável, sobre a vida, sobre os anos que esse animal pode viver e os cuidados de que ele necessita. É imputar à sociedade a responsabilidade sobre a vida dos animais.

Quando a pessoa diz a mim *“Escuta, tem um animal na frente da minha casa”*, eu digo *“Coloque para dentro”*. *“Ah, mas eu não tenho dinheiro para pagar veterinário!”* Quanto a isso, nós damos um jeito. Nós oferecemos tratamento. *“É preciso castrar?”* Nós damos um jeito. Mas esse animal precisa ser tutelado antes de qualquer coisa, antes de se oferecer castração, antes de se oferecer tratamento veterinário. E geralmente — eu estou há 6 anos nisso — a pessoa coloca esse animal para dentro de casa, nós o castramos e ela o tutela da maneira como deve ser. Nós também nos responsabilizamos por esse animal pelo resto da vida dele. As pessoas têm que fazer a parte delas. Mas é isso.

A SRA. JULIANE CRISTINA FERREIRA - Aqui em São Paulo, eles continuam na rua, só que eles são supervisionados, são vacinados contra a raiva. Então, o Prefeito vai mantê-los na rua, mas vacinados e castrados.

A SRA. MIRIAM LIMA - Eu concordo plenamente com o seu trabalho, Juliane.

A SRA. SOLANGE APARECIDA DIAS - A Maíra disse um negócio importante sobre o Centro de Zoonoses. Mas nós temos a Coordenadoria, não só o PROBEM. Há a CEPAD, que, pelo que eu fiquei sabendo, é a Coordenadoria Especial de Proteção a Animais Domésticos. Mas a CEPAD fica por conta, praticamente, do administrativo e do financeiro do hospital público. Quer dizer, nós temos também uma coordenadoria de proteção que não funciona. Cadê a Coordenadoria Especial de Proteção? O que ela faz?

A SRA. JULIANE CRISTINA FERREIRA - Eu não tenho como responder.



A SRA. SOLANGE APARECIDA DIAS - Eu acho que ninguém vai ter muito não.

A SRA. SANDRA MARIA DA SILVA - Na verdade, nós precisaríamos era de conscientização de base nas escolas e conscientização no bolso de quem abandona, para se chegar a uma situação em que as Delegacias funcionem realmente para maus-tratos e a Zoonoses realmente para zoonoses. Precisamos tirar da cabeça das pessoas a ideia de abrigo. Eu também sou protetora. Eu também tenho um monte. Eu digo que eu trabalho para sustentar os bichos que tenho. Então, temos que tirar da cabeça das pessoas a ideia de abrigo. Abrigo não funciona.

O Centro de Controle de Zoonoses tem que combater zoonose. As pessoas têm que ser responsáveis pelos seus animais e têm que saber a vida útil deles, para que possa começar a haver uma harmonia. Então, é educação de base e educação de bolso.

A SRA. MIRIAM LIMA - Concordo.

A SRA. SANDRA MARIA DA SILVA - Eu acho que esse seria o binômio mais correto, para que as instituições possam trabalhar naquilo a que elas estão destinadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nós estamos esperando o Deputado Tripoli, que vai fazer a consideração final. Se alguém mais quiser usar a palavra, que o faça agora, porque depois nós vamos encerrar o seminário.

A SRA. MAÍRA PEREIRA VÉLEZ - Só para responder à Fátima, na verdade a CEPAD está atrelada ao PROBEM. Eles tinham designado três funcionários do Centro de Controle de Zoonoses para cuidarem daquele prédio novo ali em Santana. Por falta de demanda — é óbvio que há demanda —, eles não destinaram uma gestão correta e uma política pública. Eles disseram que não havia demanda, porque eles não querem cuidar de animais na Zoonoses. Tirando a realidade das veterinárias que estão em campo, eles não querem. Eles querem tratar de zoonoses, de morcego, de sinantrópicos, não de cachorro nem de gato.

Então, o que acontece? Eles fizeram essa lei em 2009, na época do Kassab, se eu não me engano, e fizeram esse departamento. Por falta de política pública, eles passaram o prédio novo, que está sendo finalizado, da Zoonoses novamente do



PROBEM para a Zoonoses. E o PROBEM, que era para pelo menos doar esses animais, não está fazendo a sua parte.

Quanto às feirinhas, fazia 1 ano que o Centro de Zoonoses não fazia uma feira de adoção na Santa Eulália. Essa última gestão, nesse ponto, é péssima. A responsável do Centro de Controle de Zoonoses foi chamada pelo Deputado Ricardo Izar para comparecer à audiência pública em Brasília. Eles não vão. Não dão justificativa. Eles não comparecem. Houve uma denúncia do Presidente da Comissão de Proteção e Defesa Animal, Wilson Ricardo Ligiera, sobre a questão da Zoonoses lá. Eles não responderam. Então, é assim que eles tratam a questão da Zoonoses. Eles não estão preocupados com cachorro e gato. Há veterinários ali que lutam sozinhos. Quanto à gestão, se os animais morrerem, para eles, é melhor.

A SRA. SOLANGE APARECIDA DIAS - Quanto ao que a Miriam colocou, eu acho que é importante sair mesmo da visão antropocêntrica da saúde. Talvez não seja passar para o Meio Ambiente, mas também não é a Secretaria de Saúde abandonar essa bagunça que está deixando. Não, vai ter que responsabilizar, vai ter que ir atrás, mas com outra cabeça e com um apoio muito forte, porque eles abandonaram essa questão.

A SRA. MAÍRA PEREIRA VÉLEZ - Eu ainda sou a favor de continuar na Secretaria de Saúde — eu acho que falta pressão da sociedade, para que funcione —, porque nós vamos perder uma verba poderosa. A Secretaria de Meio Ambiente não tem verba. Nós vamos ficar num desespero maior do que já estamos, e a mera mudança de Secretaria, na gestão pública, não faz milagres.

Entendo a vontade de vocês, já pensei assim, mas estou começando a observar que isso não resolve. Além de perder a verba, apesar de a saúde humana realmente não ser a solução, nós vamos passar provavelmente para uma Secretaria feita às pressas, que não tem gente especializada...

A SRA. SOLANGE APARECIDA DIAS - Não, isso não.

A SRA. MAÍRA PEREIRA VÉLEZ - ...e que muitas vezes vai se preocupar com o meio ambiente e não com o direito dos animais. São duas vertentes. Então, eu tenho medo.

A SRA. SOLANGE APARECIDA DIAS - Pois é. Também não dá. Por isso também sou contra passar para o Meio Ambiente.



A SRA. MAÍRA PEREIRA VÉLEZ - Por isso eu tenho medo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pessoal, vamos ter que encerrar a discussão. Temos que entregar o plenário.

Comunico que o Deputado Goulart está convidando a todos para o almoço, já que ele é o requerente, É lógico. (*Risos.*)

Passo a palavra ao Deputado Ricardo Tripoli.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - São cinco pontos sobre os quais vou falar rapidamente, em função do debate, das reflexões.

Primeiro, eu gostaria de comunicar a todos que, há uns 7 anos, nós estivemos no Ministério da Saúde, com algumas entidades, para discutir a questão da leishmaniose, e o espanto foi muito grande. Nós percebemos que o Ministério da Saúde não tem nenhum envolvimento. Muito pelo contrário, há um preconceito enorme contra entender que a questão da proteção animal tem a ver com a questão de saúde pública.

Quando falamos sobre leishmaniose, cinomose e outras endemias, o próprio Ministro à época nos comunicou que essa não era uma preocupação e não era um dever do Ministério da Saúde. E nós perguntamos sobre a vacina antirrábica — quando há um surto de raiva no Brasil inteiro, quem comanda, vamos dizer, o *staff*, com os Governos Estaduais, com as Secretarias Estaduais, com as Secretarias Municipais, é o Ministério da Saúde. Enfim, há uma diferença, um preconceito enorme do Ministério da Saúde.

Nós fizemos algumas tentativas. Primeiro, convidamos o Ministro. Ele não foi. E, na nossa Comissão, nós fizemos um requerimento convocando o Ministro. Para sorte dele e azar nosso, ele caiu um dia antes de comparecer à Comissão. Dizem até que a CPI derruba Ministro — pode até ser —, o Ministro Chioro ia lá para explicar exatamente por que o Ministério da Saúde, preocupado com a questão das zoonoses, não entende a questão da proteção animal como uma das questões emblemáticas e preocupantes, até porque há certa correlação entre a questão dos animais e a questão do Ministério da Saúde. Essa é a primeira questão.

Passo à segunda. Falou-se em “homicídio” dos animais. Eu consegui aprovar uma lei de minha autoria, ainda no início deste ano, que aumenta a pena dos crimes de maus-tratos contra cães e gatos. E isso é um pouco na linha do que a nossa



representante da OAB, seção de São Paulo, disse aqui. Também tenho um projeto que é um código nacional de proteção animal, nos mesmos termos do que eu apresentei aqui no Estado de São Paulo, nesta Assembleia Legislativa, e aprovei. Nós temos uma lei estadual hoje. Há algumas ADI — Ações Diretas de Inconstitucionalidade sobre alguns artigos, mas a lei funciona no todo. Ela tem sido suporte para promotores, juízes, ONGs e OAB em todo o território nacional. É incrível. Eles a utilizam e a mencionam.

Eu percebi que lá em Brasília o problema é mais grave. Na hora em que se mexe em vaquejada, rodeio ou coisa do tipo, animais de criação, a coisa vira uma... Então, eu fiz a separação. Nesse projeto específico, a questão diz respeito só a cães e gatos. Com isso, nós o aprovamos nas Comissões e no Plenário. Hoje ele está no Senado. O Relator é o Senador Alvaro Dias, do Paraná, um bom Senador, com quem já conversei. Espero que ele possa proferir o seu parecer nos próximos dias. Ocorre que Brasília está meio que pegando fogo agora. Não há clima ainda para discutir essa questão. Eu imagino que, assim que passar esse período, ele deve colocar em votação o seu parecer, aprovando-o na Comissão de Meio Ambiente. Depois, a matéria vai para o Plenário do Senado. Se não houver alteração, ela vai para a sanção presidencial; se houver, volta para a Câmara.

Esse projeto é interessante, porque essa lei vai estabelecer penas. Hoje elas são de 3 meses a 1 ano. Com esse projeto, a pena mínima passa a ser de 3 anos e a pena máxima, 5 anos. Havendo agravante — mais de um autor, por exemplo —, dobra-se a pena, conforme tipifica a nossa lei penal. Portanto, eu acho que seria um avanço se nós conseguíssemos isso pelo menos em relação aos nossos amigos cães e gatos, para que depois pudéssemos entrar no caso dos chamados animais silvestres e animais exóticos.

A terceira questão diz respeito a hospitais públicos municipais. O Vereador Roberto Tripoli, que hoje é Deputado Estadual nesta Assembleia, propôs os primeiros hospitais públicos. Eu imaginei que fossem os primeiros da cidade de São Paulo ou do Estado de São Paulo ou do Brasil, mas não: foram os primeiros no mundo. Os dois primeiros modelos foram implantados aqui na cidade de São Paulo: o da Zona Leste e o da Zona Norte. Faltam dois, que haviam sido prometidos aqui em São Paulo, um na Zona Sul e outro na Zona Oeste.



Emergencialmente, isso ajuda muito. Pessoas que ganham até 3 salários mínimos podem se utilizar desses hospitais. E esse é um modelo exatamente na linha do que eu disse aqui: começar a mudar a questão do Centro de Controle de Zoonoses para a questão da proteção animal, para que não haja aquela confusão de tratar, no mesmo espaço, epidemias, no caso da dengue, no caso dos roedores, das abelhas. Enfim, é outra visão sobre zoonose, que não é antiga. Quando o Centro de Controle de Zoonoses iniciou suas atividades, o controle populacional era feito em câmaras de contenção. A pessoa colocava os animais ali, fechava a câmara, retirava o ar, e os animais morriam por asfixia. Esse era o controle populacional que se fazia há 40 ou 50 anos no Brasil e aqui em São Paulo.

Hoje, há uma proibição nacional dessas câmaras de contenção — não existe mais esse “holocausto” praticado no Brasil —, o que foi um grande avanço para o período. E hoje nós mudamos a visão do Centro de Controle de Zoonoses, que tem um trabalho... Essa nova geração que vem vindo está implantando uma política nova. Eu acho isso muito importante.

Outra coisa: sugiro a vocês espalharem na Internet... O ano que vem é um ano eleitoral. Pela legislação que nós votamos no Congresso, vamos ter uma campanha de 45 dias. E, não tendo contribuição de pessoa jurídica, os candidatos a vereador e a prefeito terão dificuldades enormes. É um ótimo momento de cobrar um compromisso político de todos. Não dá para solicitar um hospital público de cães e gatos num Município onde não se tem sequer um hospital público para seres humanos — é complicado —, mas vou dar um exemplo rápido aqui.

Em Ilhabela, eu comecei uma discussão feia com o Prefeito Colucci há 3 ou 4 anos, não mais. Uma colega nossa, a Salete, protetora, aposentou-se, foi para lá e resolveu por conta própria pegar uma área da Prefeitura isolada, vazia, sem ninguém, de 200 metros quadrados no máximo. Por conta própria também, com os amigos, ela cercou a área e começou a juntar os animais. Então, havia lá cães, gatos e até cavalo abandonado. E um funcionário da Prefeitura, por conta própria, foi lá, arrebitou a cerca e disse: *“Não, não pode haver isso aqui, porque é proibido e tal”*.

Eu liguei para o Prefeito e disse: *“Prefeito, você está cometendo um erro, porque você já não tem um centro de controle de zoonoses habilitado, você não tem*



uma área de proteção aos animais e você tem um volume na Ilhabela enorme". As pessoas estavam indo de Ubatuba, Caraguatatuba e São Sebastião até lá e largando as ninhadas para o pessoal se virar.

No começo, ele ficou meio rebelado. Num segundo momento, eu disse a ele: *"Você está com um problema sério. A sua reeleição está comprometida. Eu peguei os índices da última pesquisa e vi que você é o terceiro colocado. O tal do Manoel é o primeiro".* E havia um segundo colocado lá. Eu disse a ele: *"Você quer reverter essa situação? Entra na proteção animal, abraça esse pessoal, que você vai ter uma militância tranquila para te ajudar, independente da questão da conotação político-partidária. O partido em que você estiver não importa. Essa é uma questão de menor importância para a proteção animal, porque a proteção animal é suprapartidária".*

Acho que, até por não ter muito para onde correr, ele resolveu abraçar a causa. Depois de 4 ou 5 meses, ligou-me: *"Olha, o negócio aqui está indo tão bem que eu quero fazer uma praia exclusiva para cães aqui".* E eu disse: *"Não pode. Aí você tem um problema de zoonose. Isso vai ser um problema sério".* Ele disse: *"Não, mas está uma maravilha: sou cumprimentado na rua, dou autógrafa!"* E eu disse: *"Pois é. Veja como mudou".*

Tanto isso é verdade que eu fiz uma emenda para Ilhabela de 200 mil reais. Ele colocou 200 do caixa da Prefeitura, porque ele tem lá uma parcela pequenininha do *royalty* do petróleo, e, com isso, ele fez um hospital público de cães e gatos em Ilhabela. É pequenininho, mas muito bem equipado. Essa é uma vitória da Salete, uma protetora que tem uma ONG lá, mas isso virou um ícone. E hoje ele tem um case para oferecer na cidade, que é exatamente o controle populacional através das castrações, o que se disse aqui e é fundamental.

Eu acho que as palavras corretas colocadas aqui são castração e adoção. Esses são os dois grandes temas que nós temos que abraçar. E, nas campanhas municipais, com os candidatos a vereador e com os candidatos a prefeito, que possamos exatamente difundir isso, fazer com que eles assumam o compromisso populacional, pelo menos: *"Olha, não há recurso. Mas o controle populacional, que é castração e adoção, dá para fazer".* É uma coisa mais simples, mais barata, dá um volume a cada cidade. Vai ajudar, e muito.



Por último, vou falar da questão de Ribeirão Preto, que a Vereadora Viviane Alexandre tinha me solicitado. Nós temos lá duas emendas, uma federal e outra estadual. As duas saíram. Uma era para a recuperação da área de um parque que existe lá. O pessoal leva os animais ali no parque. Como é que ele se chama?

A SRA. SANDRA MARIA DA SILVA - Parque Municipal Morro de São Bento. Lá é onde há uma área de preservação ambiental. Nós entramos agora com uma representação, porque nada acontece.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - A segunda foi exatamente para o controle populacional. Parte desses 250 mil reais foi para a compra do Castramóvel e do equipamento, para poder fazer com que ele funcionasse na cidade.

Se você puder, mande isso lá para o gabinete, o que é fácil. O meu e-mail é *dep.ricardotripoli@camara.leg.br*. Mande isso para mim, porque eu gostaria de obter essas informações. Como nós patrocinamos lá, conjuntamente com a Vereadora, esses recursos, seria fundamental agora a cobrança da contraparte.

Até acho um equívoco a Prefeitura não ter tomado medidas nesse sentido. Para ela, isso vai ser muito ruim, principalmente porque o ano que vem será um ano eleitoral. Ela será cobrada, pelo que eu estou vendo aqui, não só pela OAB, mas também pelas entidades e pela...

A SRA. SANDRA MARIA DA SILVA - Infelizmente, as ONGs romperam com a Viviane. Então, infelizmente, lá a questão animal...

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Ficou solta.

A SRA. SANDRA MARIA DA SILVA - ...ficou solta.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Então, isso seria importante. Passe-me as informações. Eu já havia dito aqui que eu perdi todas as emendas que nós apresentamos para as entidades. Nos primeiros 2 anos que eu... Há 8 ou 9 anos, eu fiz isso e perdemos todas.

Então, o acordo que fazemos agora é o de sempre passar os recursos para a Prefeitura, tendo entidades que estejam comprometidas acompanhando a aplicação, a fiscalização. Aí funciona, porque o prefeito recepciona a verba, muitas vezes, para infraestrutura ou para a área de saúde, e ele reverte. Ele troca essa verba que ele já vai ter para determinado tipo de atividade e passa o recurso do próprio Município, já



que ele recebeu uma verba estadual ou federal, para poder atender à área de proteção animal.

Então, seria bom que vocês, da Ordem dos Advogados do Brasil, na seção de Ribeirão Preto, pudessem dar uma olhadinha. Passem-me a informação, que cobraremos por ofício.

Eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui nesta reunião aos protetores, ao nosso querido amigo Delegado de Polícia, o Pedroso, sempre atento às questões, às protetoras. Vocês são, obviamente, o estímulo do nosso trabalho, dos três aqui da Mesa. Somos poucos na Câmara Federal, é bem verdade, de 513, nós não passamos de 10 Parlamentares. O trabalho de vocês é que nos ajuda a continuar nessa luta e nessa caminhada para fazer com que o Brasil mude a sua visão, entenda e compreenda a questão da proteção aos animais.

Quero cumprimentar o Paulo, o Secretário-Geral da nossa Comissão, e a Dra. Laura, Procuradora que nos acompanha e está preparando o relatório nessas questões.

Muito obrigado pela companhia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quero só complementar dizendo que nós também fizemos uma emenda agora no Estado para Ribeirão de 100 mil reais para castração. Então, depois você cobra da Prefeita.

A SRA. SANDRA MARIA DA SILVA - Nós vamos cobrar dela. Eu vou avisar as ONGs de que ouvi isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Passo a palavra ao Deputado Goulart.

O SR. DEPUTADO GOULART - Quero agradecer ao Deputado Ricardo Izar e ao Deputado Ricardo Tripoli, autoridades na questão da proteção animal, por, tão logo nós fizemos o requerimento, se comprometerem a participar. Quero agradecer a todos os protetores; ao meu querido amigo Dr. Pedroso, um grande parceiro da causa; à assessoria da Comissão, que prontamente veio nos ajudar a identificar as pessoas a convidar para esta audiência pública.

O Deputado Ricardo Izar fez uma provocação interessante. Eu não vejo a hora de comer. Eu sou bem gordinho (*risos*) e não quero fazer regime. Eu adoro comer para manter a barriguinha. Há quem me diga: *“Por que você não faz uma*



cirurgia de redução de estômago?" Eu quero fazê-la, mas quero colocar mais uma. Eu adoro comida. *(Risos.)* Aí eu posso comer um pouco mais.

Pessoal, eu tenho outra audiência pública aqui. Nós aproveitamos o dia. Temos outra Comissão na Câmara discutindo o registro civil único. Hoje, até o nosso Presidente, Deputado do meu partido, que foi Governador da Paraíba, está chegando à Assembleia. A reunião começa às 13 horas.

O registro civil único é uma coisa superinteressante. Para terem uma noção, só um cidadão da cidade de Goiânia tem 45 RGs. Por acaso, ele participa de 30 programas sociais, desses programas de compra de voto que foram inventados no Brasil. Nós estamos numa pendência: se o registro civil vai para o TSE ou se fica nos cartórios. Enfim, é um debate interessante que vai acontecer nas próximas horas aqui na Assembleia.

Muito obrigado. Tenham todos uma boa tarde. Eu gostaria muito de participar de um almoço com todos vocês, mas vamos marcar outra sexta-feira. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nada mais havendo a tratar, convido a todos para participar do seminário que acontecerá hoje, às 14 horas, no Plenário José Bonifácio, para discutir os atropelamentos de animais silvestres nas rodovias do Estado de São Paulo.

Agradeço a presença de todos.

Está encerrado o nosso seminário.